



**ATA 1964ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezessete, às nove horas e
2 vinte minutos, realizou-se a milésima noningentésima sexagésima quarta
3 reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
4 – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 25
5 (vinte e cinco) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a
6 seguir indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Clarice
7 Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Fábio Silvestre da Silva, Guilherme
8 Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozinetti
9 Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo
10 Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz
11 Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar
12 Rodrigues, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott,
13 Magna Barboza Damasceno, Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes
14 Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai e
15 Rodrigo Fernando Presotto. Estiveram presentes também o gestor da
16 Subsede de São José do Rio Preto, Kleber Chaves Pereira e o gestor da
17 Subsede de Sorocaba, Rodolfo de Souza Della Violla. **ORDEM DO DIA: I)
18 INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as
19 justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Maria das Graças
20 Mazarin de Araújo, Regiane Aparecida Piva, Vinicius Cesca de Lima, Ivana
21 do Carmo Souza. A conselheira Camila Teodoro Godinho está afastada
22 temporariamente, conforme deliberação da 1959ª Plenária Ordinária, de 18
23 de fevereiro de 2017. **1.2) Pasta de Apoio ao Plenário** – Rodrigo Toledo
24 noticia ao plenário que, a partir desta sessão ordinária, ficará disponível para
25 as/os conselheiras/os uma pasta contendo normativas e recomendações do
26 CRP SP, para que possam consultar durante a reunião. **1.3) Apoio às
27 Subsedes para as Avaliações de Desempenho** – O conselheiro secretário,
28 Rodrigo Toledo, salienta que o psicólogo de Recursos Humanos no CRP SP,
29 Luiz Carlos Francisco Júnior, entrará em contato com as subsedes para
30 informar sobre a avaliação de desempenho. Ele fará visita às subsedes para
31 atividade de interiorização e, desde já, se coloca disponível às comissões
32 gestoras para dialogar sobre avaliação de desempenho. **1.3) Projeto
33 Redenção da Prefeitura de São Paulo** – Clarice Pimentel Paulon comenta



34 que a atual prefeitura tem deixado precarizados os hotéis que são utilizados
35 como moradia de atendidos pelo programa De Braços Abertos (DBA), sendo
36 um processo que se intensificou na última semana. O objetivo da prefeitura é
37 encerrar o DBA e implantar de forma imediata o Programa Redenção, que
38 dialoga com as Comunidades Terapêuticas e que abandona o cuidado com o
39 território e o método de redução de danos, proposto pelo DBA. Pensou-se
40 em realizar conversa com a Comissão de Políticas Públicas e com a
41 Comissão de Direitos Humanos para dialogar sobre a reunião realizada entre
42 os Conselhos profissionais (Enfermagem, Medicina, Terapia Ocupacional e
43 Serviço Social): está sendo pensando em fazer denúncia ao Ministério
44 Público e elaborar Notas Técnicas conjuntas a respeito de ter equipes
45 multidisciplinares e trabalhos em rede. A reunião foi realizada em 14 de
46 março de 2017, entre o CRP SP, o CRESS SP e o CREFITO SP, para
47 discutir sobre o Programa Redenção. O Cremesp justificou ausência nessa
48 reunião. Se quer evitar que a gestão da Prefeitura de São Paulo utilize os
49 Conselhos de Saúde como uma chancela para a implantação desse projeto.
50 O CRP SP também está cogitando realizar visitas técnicas nos hotéis para
51 que se tenha mais dados sobre as condições em que estão sendo mantidos.

52 **II) APROVAÇÃO DAS ATAS DAS PLENÁRIAS 1948^a (10/12/2016), 1951^a**
53 **(13/01/17) e 1954^a (21/01/17)** – O conselheiro Rodrigo Toledo submete ao
54 plenário três atas de plenárias para aprovação: 1948^a, de 10 de dezembro de
55 2016; 1951^a, de 13 de janeiro de 2017; e, 1954^a, de vinte e um de janeiro de
56 2017. **Encaminhamento:** O plenário comunica não ter recebido previamente
57 a minuta da ata da 1948^a Plenária e, por essa razão, encaminha para
58 aprovação na plenária de abril. A ata da 1951^a Plenária, de 13 de janeiro de
59 2017, foi aprovada com as alterações enviadas previamente pela conselheira
60 Regiane Aparecida Piva e a ata da 1954^a Plenária, de 21 de janeiro de 2017,
61 foi aprovada sem alterações. **III) APRECIÇÃO DE PROCESSOS**
62 **PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Rodrigo Toledo submete ao plenário a
63 apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP
64 SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa
65 Física - 1007 (uma mil e sete) novas inscrições, 87 (oitenta e sete)
66 reativações, 06 (seis) Inscrições Secundárias, 42 (quarenta e duas)
67 inscrições por transferência, 384 (trezentos e oitenta e quatro)
68 Cancelamentos a pedido; 30 (oitenta e sete) Cancelamentos por
69 transferência, 05 (cinco) cancelamentos inscrição secundária, 14 (quatorze)
70 cancelamentos por não apresentação de diploma. Pessoa Jurídica - 5



71 (cinco) Cadastros; 28 (vinte e oito) Registros; 05 (cinco) Alterações
72 Contratuais e 06 (seis) Cancelamentos a Pedido. Total geral dos processos
73 analisados: 1619 (um mil, seiscentos e dezenove), conforme folha anexa que
74 é parte integrante desta ata. **IV) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**
75 **ESPECIALISTA** - O Plenário tomou conhecimento da relação de
76 psicólogas/os para aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:**
77 Na modalidade Cursos IES deferiu-se 02 (dois) na área de Psicologia
78 Escolar/Educacional; 05 (cinco) na área Hospitalar; 03 (três) na área de
79 Psicopedagogia; 06 (seis) na área de Neuropsicologia, 13 (treze) na área do
80 Trânsito e 02 (dois) em Saúde. Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-
81 se 04 (quatro) na área de Psicologia do Trânsito; 08 (oito) em Psicologia
82 Clínica e 05 (cinco) em Neuropsicologia. Sendo assim, o total geral de títulos
83 de especialistas ratificados representa 57 (cinquenta e sete), conforme folha
84 anexa que é parte integrante desta ata. **V) CREDENCIAMENTO DE SITES**
85 – Foram analisados 29 (vinte e nove) processos. **Encaminhamento:** O
86 plenário concedeu parecer favorável a 7 (sete) pedidos com protocolos:
87 806340054 (CRP 66442), 806340488 (CRP 115185), 746540318 (CRP
88 124269), 806037301 (CRP 5055/J 109662), 506238520 (CRP 50889),
89 406238167 (CRP 62886) e 706239065 (CRP 129473). Não se aplica as
90 solicitações com protocolos: 506438851 (CRP 71075), 506740256 (CRP
91 100226), 006041491(CRP 133673), 206640608 (CRP 132216), 806541306
92 (CRP 65566), 606239764 (CRP 96825) e 806039907 (CRP 116399). **VI)**
93 **INDEFERIMENTO DE PJ** – O conselheiro secretário, Rodrigo Toledo,
94 apresentou ao plenário, para apreciação 02 (dois) Processos de pedido de
95 cadastro de Pessoa Jurídica, cujo indicativo é o indeferimento. São os
96 pedidos da Clínica Terapêutica Viver a Vida (Processo 191279) e Piva &
97 Soares Recuperação de Drogadistas e Alcoólatras Sociedade Simples Ltda
98 (Processo 174974). Encaminhamento: O plenário acata o indeferimento dos
99 processos. **VII) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO – 7.1) Comunicação do**
100 **CRP SP** - Para esta pauta, estará presente a assessora técnica de
101 comunicação, Erika Silva e Souza de Almeida. A assessora faz a
102 apresentação sobre a linha de trabalho que está sendo adotada pela
103 Comunicação. Informa que os principais pilares de Comunicação são: 1)
104 Clima: que é o resultado direto da cultura da organização. Não se altera o
105 clima sem mudanças culturais; 2) Cultura: representa o modo como as
106 pessoas interagem umas com as outras, espelha a mentalidade que
107 predomina em uma organização. Contracultura organizacional: grupos que



108 rejeitam aquilo que a organização representa. A existência de acentuada
109 contracultura numa organização pode ser indício de problemas na sua
110 cultura; 3) Identidade: está relacionada a forma como vemos a nós mesmos,
111 ao DNA da organização, a maneira como a organização expressa suas
112 ideias-chave para o público externo. Em suma, identidade é uma expressão
113 coletiva da cultura; 4) Imagem: uma organização não tem apenas uma
114 imagem, mas imagens, em função dos diferentes públicos de interesse. No
115 caso do CRP SP, são considerados públicos: Psicólogas/os (profissionais,
116 professores e estudantes); Público geral; Pacientes; Fornecedores; e,
117 Funcionários. Comenta que os fornecedores são um público interno que
118 acaba sendo negligenciado na comunicação. Pontua que é importante que
119 seja observado o comportamento da gestão nas Redes Sociais do CRP SP,
120 ou seja, a mediação e resposta às mensagens encaminhadas na página
121 institucional no Facebook deve ser feita pela Comunicação, de forma
122 institucional. Sobre Comunicação Externa, fala sobre o Facebook, onde há
123 duas medições possíveis, a de alcance orgânico de uma página, que
124 representa o número total de pessoas que viram as publicações, ou seja, a
125 quantidade de usuários que foram impactados com o seu conteúdo
126 organicamente e o alcance pago, que é número total de pessoas que foram
127 impactados pelo conteúdo como resultado de anúncios e ações
128 patrocinadas. Comenta sobre o algoritmo do Facebook, que diminui as
129 visualizações do conteúdo publicado: atualmente para se conseguir uma
130 grande visualização é necessário patrocinar as publicações, ou o conteúdo
131 somente será exibido para uma mínima porcentagem dos seguidores da
132 página. Esse algoritmo considera alguns fatores, como: localização, tipos de
133 página curtidas pelo usuário, eventos que o usuário participa, postagens,
134 usuários com quem interage e grupos que participa. A publicação com maior
135 alcance entre os meses de janeiro e março foi o posicionamento do Conselho
136 sobre a Resolução CFP 01/99, a respeito da “Cura Gay”. Os temas de
137 sexualidade de gênero e luta antimanicomial têm sido os temas mais
138 expressivos e compartilhados. Apresenta ao plenário o perfil dos “curtidores”
139 da página do CRP SP no Facebook: mulheres (91%); 25-34 anos (30%) e
140 35-44 (17%). O total de curtidores em 17/03 era de 110.022. Ou seja, o perfil
141 acompanha o das/os psicólogas/os inscritas/os no CRP: 87% mulheres, com
142 maioria entre 20 e 40 anos. Os dispositivos mais utilizados para acessar as
143 redes do CRP SP são computadores e *tablets*. Apresenta, então, orientações
144 sobre as postagens do CRP SP. Pensando em organizar as publicações do



145 CRP, criou-se um calendário de temáticas. Esclarece que dessa forma, cria-
146 se padrão e as pessoas passam a compreender a forma das publicações.
147 Assim, as pautas serão divididas pelos dias da semana: a) Segundas e
148 quartas: Políticas públicas; b) Terças e quintas: Direitos Humanos,
149 Atendimento e Orientação; c) Sexta: Subsedes. Postagens de questões
150 Institucionais, de legislação e de eventos entram em qualquer dia. Ressalta-
151 se que essas postagens e notícias serão publicadas de acordo com a
152 programação semanal informada. As exceções serão analisadas pela
153 Comissão de Comunicação, seguindo o critério de urgência da informação.
154 Informa, ainda, os prazos para as providências do setor de Comunicação:
155 Notícias e eventos em geral: Criação de arte: 2 (dois) dias (a partir da
156 solicitação); Processo de construção de estratégia de divulgação: 5 (cinco)
157 dias - envolvendo site, redes sociais, elaboração de textos, pesquisas e
158 programação-; e, Divulgação: 1 mês de antecedência ao evento. Para
159 Campanhas Estaduais, são os prazos: Início - Definir nome da campanha,
160 objetivo, tipos de ações relacionadas; Definir os materiais de apoio e
161 estimativa de quantidades (botons, bonés, camisetas, posteres, entre outros);
162 Criação de arte: 5 dias (a partir de briefing com designer gráfico); Construção
163 de estratégia de divulgação: 5 dias, envolvendo site, redes sociais,
164 elaboração de textos, pesquisas e programação; Divulgação: 2 meses de
165 antecedência à primeira ação da Campanha. Informam que o material de
166 subsídio apresentado na plenária será encaminhado por e-mail para
167 todas/os. Considerações do plenário: 1) Comenta-se que faltou definir data
168 para possíveis publicações sobre História e Memória. 2) Indica-se que o GT
169 Exercício Profissional Enquanto Trabalho, a CATE, COE e a COF devem ter
170 um encaixe diretamente nas políticas públicas e de direitos humanos. 3)
171 Pontua-se que é interessante que a COF seja incluído no processo, porque
172 as/os assistentes técnicas/os da Comissão estão sempre em contato com a
173 categoria. Assim, considera-se importante que elas estejam em conjunto com
174 a Comunicação para entenderem o posicionamento e poderem passar nas
175 orientações presenciais. As publicações do CRP SP no Facebook
176 reverberam rapidamente na rotina da COF. As/Os ATs podem contribuir com
177 este trabalho. 4) Pondera-se que, assim como na gestão passada, as/os ATs
178 se dividem em temas e que alguns desses temas estão com as assistentes
179 técnicas da COE, assim, a participação deveria ser ampliada para todas/os
180 técnicas/os. Evelyn Sayeg elucida que as questões apontadas como faltantes



181 foram colocadas dentro de institucional e orientação, que não
182 necessariamente precisam ter algo para ser publicado, que é o mesmo caso
183 de fiscalização, que pode ser considerado junto com as questões de
184 orientação. A ideia dessa divisão é que se garanta um espaço com todas as
185 temáticas que estão no Conselho durante a semana, de forma organizada.
186 Relata que não se consegue prever, por exemplo, o que é mais visualizado e
187 o que deve ser impulsionado. Outro problema é que as publicações das
188 subsedes têm poucas visualizações e a Comunicação, por isso, não sabe o
189 que deve demandar delas. Já para as temáticas que não possuem
190 constantemente conteúdos a serem divulgados entrariam na lógica de
191 Institucional, podendo ser publicados em qualquer dia da semana. Reforça
192 que o importante é que se dê espaço para todas as áreas. Quanto às
193 questões de se incluir COF e COE nas discussões, informa que se está
194 sendo cogitado que se tenha uma pessoa de referência na Comunicação
195 dessas Comissões, pois não é possível estar em diálogo com todas/os.
196 Reforça que está na tentativa de dialogar com cada departamento para poder
197 dar conta dessa demanda. Bruna Lavinias Jardim Falleiros pondera a
198 importância de que se tenha interlocução com as Comissões. Erika Silva e
199 Souza de Almeida acrescenta que essa pessoa responsável pela
200 interlocução não deve somente dar apoio de conteúdo à Comunicação, mas
201 inclusive fazer a análise sobre as publicações, sobre os possíveis reflexos
202 que terão. Há de se definir se as questões conjunturais serão já
203 encaminhadas pela Comissão ou se devem aguardar momento de premência
204 da pauta. Bruna Lavinias Jardim Falleiros pondera que se pode pensar em
205 campanhas para todas as áreas, a partir das datas comemorativas. Essa
206 estratégia pode fazer com que se tenha um alcance e impacto maior, pois é
207 possível considerar inclusive temas não necessariamente ligados à
208 Psicologia, mas que tenham um grande clamor. Evelyn Sayeg comenta que
209 para isso é importante que as pessoas se prontifiquem a falar e a escrever a
210 respeito das pautas, pois as pessoas que compõem a Comissão não tem
211 conhecimento aprofundado sobre todas as pautas, mas se subsidiarem a
212 assessora técnica com alguns textos distintos sobre o tema, ela consegue
213 construir o texto, assim como o designer gráfico do setor cria a arte para
214 divulgação desse conteúdo. Indicam que as sugestões para ser
215 encaminhadas para a Comunicação através dos endereços de e-mail
216 comcom@crpsp.org.br e comunicacao@crpsp.org.br, que são recebidos pela
217 assessora técnica. Erika Silva e Souza de Almeida informa que o calendário



218 já foi feito pela Comunicação, que pode disponibilizar para todos, para que
219 vejam se falta alguma data. É possível fazer *Gifs*, vídeos, imagens, então,
220 caso se tenha uma ideia, é bom conversar com os funcionários da área, para
221 pensar na forma. Comenta também que estão começando a criar para tentar
222 agilizar os procedimentos no setor de Atendimento. Como exemplo, cita que
223 foi feito sobre como a pessoa atualiza seu cadastro e como acessa ao boleto
224 das anuidades. É uma forma eficaz de comunicar, por ser muito didática, pois
225 muitas pessoas não leem, quando é feito em forma de texto. A Comunicação
226 faz o trabalho de adaptar o conteúdo ao formato adequado à mídia, por
227 exemplo: para um texto muito grande será criada uma chamada no
228 Facebook, com uma pequena nota e para ler o texto completo haverá um link
229 que redirecionará para o site. Há a proposta de programação semanal, no
230 entanto, as artes são limitadas, pois se trabalha com um banco de imagens
231 que o CRP SP assina e, assim há o limite do que pode ser feito, pois para a
232 criação total, há um fator que impacta que é o prazo que se tem para fazer as
233 coisas. Caso o plenário concorde é de que se descreva: (i) as bandeiras
234 principais; (ii) as ações; e, (iii) os planos de ações. Dessa forma, será
235 possível ver os materiais que serão necessários, inclusive daqueles que
236 serão mais genéricos e possíveis de serem utilizados em diversas situações.
237 Também de fazer um levantamento dos materiais, como banner e faixas,
238 tanto que já se tem quanto que deveria ser feito. Evelyn Sayeg explica que o
239 que se está pensando, com a divulgação dessas questões relacionadas aos
240 Núcleos é dar visibilidade ao que CRP construiu, dessa estrutura. Bruna
241 Falleiros acrescenta que um material novo dará uma nova cara ao CRP SP,
242 a partir do que se está produzindo e construindo no plenário. Novas
243 considerações do plenário: 1) Demonstra-se preocupação com relação à
244 Comunicação interna e com os processos de trabalho. 2) Questiona-se se há
245 algo pensado para minimizar ruídos nas redes sociais, para que se consiga
246 engajamento positivo, no Facebook, por exemplo. 3) Parabeniza-se a
247 Comissão de Comunicação pela apresentação, que traz propostas
248 interessantes para se pensar as publicações e as formas de interação,
249 inclusive com calendário para as publicações. 4) Comenta-se sobre a
250 importância de se ter um procedimento para a crise, cuja orientação
251 institucional deve ser dada pela Comissão de Comunicação e Assessoria de
252 Imprensa. 5) Não é devido à Comunicação que o CRP não tem se
253 posicionado. Portanto, é importante conversar sobre como deveremos nos



254 posicionar e como se dará esse processo decisório. Não acredita que seja
255 uma atribuição da Comunicação definir os posicionamentos e o que será
256 falado. 6) Sugere-se que se abra espaço para falar sobre o cotidiano, mostrar
257 uma determinada temática através do relato de vida de alguém, realidade
258 muitas vezes deturpada na grande mídia. Assim, o CRP criar uma forma de
259 linguagem significativa. 7) Questiona-se em qual momento e de que forma
260 será feito o alinhamento para as postagens. Como exemplo, cita que a
261 questão do Janeiro Branco, em que tinham posicionamentos divergentes
262 dentro do coletivo, assim, é importante pensar em como serão construídos e
263 publicizados esses posicionamentos. 8) Indaga-se se é possível pensar em
264 alguma temática específica e, a partir dela, fazer uma divisão para alguns
265 grupos. 9) Questiona-se como será encaminhado quando reconhecida uma
266 grande ameaça. Se qualquer membro do plenário poderia acionar um
267 determinado grupo, se seria produzida uma minuta de nota, que seria
268 compartilhada com o coletivo para deliberação. 10) Ressalta-se que é
269 importante que o CRP tenha o cuidado na forma como se posiciona, pois há
270 necessário o cuidado como se escreve, para poder dialogar com um público
271 mais conservador. 11) Propõe-se que seja feito um levantamento sobre as
272 notícias diárias cujas temáticas sejam de interesse do CRP, para que seja
273 possível se pronunciar. 12) Indica-se esse que levantamento sugerido deve
274 vir dos núcleos temáticos, comissões e GTs para produzir junto com a
275 Comissão de Comunicação. 13) Luciana Mantovani comenta sobre a CPL,
276 que acompanha projetos de lei. Como a prática depende de ação política, é
277 necessário se posicionar rapidamente. Por isso, a CPL encaminhou para as
278 Comissões e Núcleos a lista de Projetos de Lei que acompanham e pede
279 manifestação desses coletivos. 14) Indica-se que os temas devem ser
280 confiados aos Núcleos, Comissões e GTs que farão avaliação sobre cada
281 questão, pois algumas situações podem aguardar a manifestação de
282 todas/os, outras têm uma complexidade e urgência, que exigem um retorno
283 breve e, então, deve-se solicitar a avaliação do coletivo envolvido. Erika Silva
284 e Souza de Almeida comenta que as comunicações informais, de corredor,
285 no CRP é muito forte. Nota também uma ausência da comunicação e
286 questões culturais e organizacionais que precisam ser revistas. Exemplifica
287 com a resistência para aderir à ação proposta para o Dia 8 de março (Dia
288 Internacional da Mulher). Assim, considera o público interno o mais difícil de
289 trabalhar. Com relação aos comentários nas redes sociais, destaca que
290 previu que haveria algum comentário a respeito de uma publicação



291 relacionada à deficiência visual e, desta forma, deixou pronto um texto de
292 resposta, o que possibilitou que houve um rápido retorno ao que foi dito.
293 Entende que se deve continuar a publicar os posicionamentos do CRP, mas
294 fazendo a mediação dos comentários. Evelyn Sayeg esclarece que a
295 ComCom promoveu as orientações necessárias. Em termos de gestão de
296 crise, está sendo elaborado Manual para evitar situações inesperadas. Uma
297 coisa fundamental na crise é criar um porta voz, que geralmente é uma
298 pessoa específica e existe várias formas para fazer esse trabalho. Cita-se
299 que nos Estados Unidos, essas questões têm sempre como porta-voz o
300 presidente da empresa, mas que isso é algo que não ocorre no Brasil. O
301 importante é quem for o porta-voz seja respaldado, para que passe o máximo
302 de credibilidade. Em momentos de crise, a depender da gravidade da
303 situação, precisa ser o presidente mesmo a se manifestar. Pontua a
304 importância que se tenha um manual para circular para as pessoas, para que
305 saibam o que podem e o que não fazer. Sendo que a Comunicação fica à
306 disposição para auxiliar e esclarecer dúvidas. Sobre a Comunicação Interna,
307 comenta que serão compartilhados alguns posicionamentos via Boletim
308 Interno. Há alguns pontos que são importantes de ficarem claros, há algumas
309 empresas que, por exemplo, demitem funcionários devido a postagens nas
310 redes sociais. A respeito das postagens, ressalta que o CRP SP faz poucas
311 ações em relação ao público em geral. Acrescenta que há também uma parte
312 do público que são os estudantes, e que acessam a página do CRP, mas
313 não há conteúdo voltado a eles, sendo que é um público que responsável por
314 causar engajamento, pois comenta e compartilha as publicações. Bruna
315 Lavinias Jardim Falleiros considera muito boa a ideia de se dar lugar de fala
316 para quem, de fato, é dono desse lugar. O CRP pode expor diversas
317 questões, mas não se posicionar enquanto quem realmente vive determinada
318 realidade. O plenário pode demandar a Comunicação que faça um estudo a
319 respeito de determinado tema, para subsidiar o posicionamento, contendo
320 análise dos limites para se posicionar enfaticamente, as possíveis
321 repercussões socialmente, ou seja, possíveis impactos para a imagem da
322 instituição. Erika Almeida complementa que a Comunicação já tem
323 conhecimento sobre quais os temas que estão em evidência e aqueles que
324 têm mais difusão, assim, pode iniciar um trabalho de vídeo buscando
325 trabalhar esses temas, que pode ser de colocar as pessoas que tem
326 determinada prática falando sobre o assunto. Mas, para isso, é preciso que
327 seja informada sobre quem seria essa pessoa a expor sobre determinado



328 assunto, pois essa saberá sobre os limites do que o CRP pode falar e
329 também quais comunicações sobre o tema podem ser feitas. Evelyn Sayeg
330 pontua que é necessário discutir a Comunicação de forma aprofundada pelo
331 plenário. A Comissão de Comunicação precisa agir de forma ágil para não
332 perder o tempo político. Assim, pede que o ponto Comunicação seja
333 repautado, para realizar a discussão necessária em plenário. Com relação às
334 subsedes, há o e-mail institucional que receberá a demanda da ComCom e
335 a/o administrativa/o repassa para a Comissão Gestora ou para a pessoa
336 referência indicada pela Comissão Gestora o que precisa ser repautado.
337 Ressalta que a Comunicação será tema do Encontro de Sede e Subsedes
338 que ocorrerá no dia 24 de março p.f.. Aristeu Bertelli da Silva destaca que o
339 Encontro Sede e Subsedes é momento de troca, na sexta-feira, e no sábado
340 (25/03), haverá o Fórum de Gestores. Informa que a apresentação será
341 encaminhada para todas/os, mas ressalta que se trata de material interno e
342 exclusivo apresentado em plenária, com a função de instrução, apoio e
343 subsídio para nosso trabalho. **Encaminhamentos:** Considerando o debate
344 do plenário, as/os conselheiras/os presentes decidiram que: **(I)** a COF e a
345 COE devem encaminhar para a Comissão de Comunicação as referências
346 de Assistente Técnica/o, para que a ComCom possa ter este apoio; **(II)** fica
347 registrado o cuidado necessário com as solicitações para o setor de
348 Comunicação, de modo a respeitar o fluxo de trabalho que há no
349 departamento; **(III)** fica a Diretoria encarregada de solicitar Parecer Jurídico
350 sobre autorização para uso de imagem, voz, texto e vídeo; **(IV)** ficam os
351 coletivos do CRP: comissões, núcleos e grupos de trabalhos referências para
352 indicação de posicionamentos temáticos, pelo CRP SP; **(V)** a Comissão de
353 Comunicação fará fala no Encontro de Sede e Subsedes, sexta-feira dia
354 24/03, sobre etapas dos eventos (prévio, durante e pós) e comunicação
355 interna e externa do CRP; **(VI)** às Subsedes orienta-se que há o e-mail
356 institucional que receberá a demanda da Comissão de Comunicação e a/o
357 administrativa/o repassa para a Comissão Gestora ou para a pessoa
358 referência indicada pela Comissão Gestora o que precisa ser repautado; **(VII)**
359 será compartilhado com as/os conselheiras/os o material que subsidiou a
360 apresentação da Comissão de Comunicação. Ressalta-se, contudo, que se
361 trata de material interno e exclusivo para uso interno do CRP SP, com a
362 função de instrução, apoio e subsídio para os trabalhos; **(VIII)** o assunto
363 'Comunicação' será repautado, para discussão aprofundada do plenário. **7.1)**
364 **Organização de Pauta** – A Comunicação apresenta a proposta de que se



365 pense em uma organização alternativa para a pauta das plenárias, sendo
366 feita por instância e tema. **Encaminhamento:** O plenário acordou que a
367 sugestão deverá ser discutida junto com a discussão do ponto sobre
368 Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros, pautado nesta
369 plenária. **VIII) ASSUNTOS FINANCEIROS** - O conselheiro Rodrigo Toledo
370 apresenta o ponto ao plenário referente às informações financeiras em 18 de
371 março: Saldo em Bancos: R\$ 18.255.038,21 (dezoito milhões, duzentos e
372 cinquenta e cinco mil, trinta e oito reais e vinte e um centavos); Aplicação em
373 CDB e poupança: R\$ 17.999.320,56 (dezessete milhões, novecentos e
374 noventa e nove mil, trezentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos);
375 Arrecadações de anuidades: R\$ 12.823.829,50 (doze milhões, oitocentos e
376 vinte e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos),
377 correspondente a 34% do total previsto; Arrecadação em 2016: R\$
378 12.386.645,78 (doze milhões, trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e
379 quarenta e cinco mil e setenta e oito centavos), representando 36% em
380 relação a 2017. Em 2017 houveram 2129 (duas mil, cento e vinte e nove)
381 novas inscrições, sendo que em 2016, no mesmo período, haviam sido 1641
382 (mil, seiscentos e quarenta e uma). Ocorreram, em 2017, 219 (duzentas e
383 dezenove) reativações e, em 2016, foram 217 (duzentas e dezessete). Já os
384 cancelamentos foram 1.185 (um mil, cento e oitenta e cinco), em 2017,
385 e 1287 (um mil, duzentos e oitenta e sete), em 2016. **IX) RECOMPOSIÇÕES**
386 **DE COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS, GRUPO DE**
387 **TRABALHO E COLETIVOS INTERNOS – 9.1) Subsede de Ribeirão Preto**
388 – Indica-se a inclusão de Mariana Catalan Andrade (CRP 06/127839) e
389 Cristiane Rosa Campos (CRP 06/110036) como colaboradoras para COF em
390 Ribeirão Preto. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões indicadas. **9.2)**
391 **Subsede de Sorocaba** – Propõe-se a inclusão de Henocho Pedro Rodrigues
392 Junior (CRP 06/135502), como colaborador para a COF em Sorocaba.
393 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta. **9.3) Comissão de Ética**
394 – **9.3.1 – Membros -** Indica-se a inclusão de Rodolfo de Souza Della Violla
395 (CRP 06/123741), como membro de COE na Subsede de Sorocaba.
396 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão de membro suscitada. **9.3.2 –**
397 **Colaboradores de Comissão de Instrução –** Indica-se a inclusão de Fernanda
398 Martingo Tulha (06/134489), Heloísa Nami Pontes Yzumida (06/134750) e
399 Marcelo Ryngelblum (06/120864) como colaboradores de CI na Região
400 Metropolitana. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões indicadas. **9.3)**
401 **Comissão de Políticas Públicas** – Sugere-se a inclusão de Jean Fernando



402 dos Santos (CRP 06/91133); Maria da Maria da Graça Marchina Gonçalves
403 (CRP 06/3983); e, Maria Rozineti Gonçalves (CRP 06/39077) como membros
404 da Comissão de Políticas Públicas. **Encaminhamento:** Aprovadas as
405 inclusões de membros sugeridas. **9.4) GT Condições e Processos de**
406 **Trabalho – 9.4.1- Membros -** Indica-se a inclusão de Bruno Monteiro Carlos
407 (06/80726) como membro do Grupo, representando a Subseção do Vale do
408 Paraíba. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão do membro indicado.
409 **9.4.2- Entidades –** Indica-se a inclusão do Sindicato dos Psicólogos no
410 Estado de São Paulo – Sinpsi-SP. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão
411 da entidade sugerida. **9.5) Núcleo de Assistência Social –** Propõe-se a
412 inclusão de Felipe Ferreira Pinto (CRP 06/124488), como membro titular
413 representante da Subseção de Assis, de Rafael Garcia Morcillo Junior (CRP
414 06/95257), como membro suplente pela Subseção da Baixada Santista e Vale
415 do Ribeira e da substituição de membro titular, pela Subseção do Grande
416 ABC, para Andrea da Costa Rolim (06/810424). **Encaminhamento:**
417 Aprovadas as inclusões e a alteração propostas. **9.5) Núcleo de Criança e**
418 **Adolescente –** Propõe-se a inclusão de Tania Tanus Salvadori (CRP
419 06/105760) como membro titular pela Subseção Assis e de Rafael Garcia
420 Morcillo Junior (CRP 06/95257) como membro suplente pela Subseção
421 Baixada Santista. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões propostas.
422 **9.6) Núcleo de Educação e Medicalização –** Propõe-se a inclusão de
423 Rafael Garcia Morcillo Junior (CRP 06/95257), como Membro Suplente pela
424 Subseção da Baixada Santista. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões
425 propostas. **9.7) Núcleo de Emergências e Desastres –** Propõe-se a
426 inclusão de Ellen Rocha de Oliveira (CRP 06/103249) como membro titular
427 pela Subseção do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Encaminhamento:**
428 Aprovada a inclusão indicada. **9.8) Núcleo de Psicologia e Deficiência –**
429 Sugere-se a inclusão de Bárbara Sinibaldi (CRP 06/100676), como membro
430 titular pela Subseção de Assis. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão de
431 membro indicada. **9.9) Núcleo de Psicoterapias –** Propõe-se a inclusão de
432 Priscila Rabelo de Souza (CRP 06/101074), como membro titular pela
433 Subseção de Assis e de Mariana Rezende Figueira (CRP 06/86876), como
434 membro suplente pela Subseção de Ribeirão Preto. **Encaminhamento:**
435 Referenda-se as inclusões propostas. **9.10) Núcleo Psicologia, Laicidade e**
436 **Religiosidade –** Propõe-se a inclusão de Juliana Dal Ponte Tiveron (CRP
437 06/109047) como membro suplente pela Subseção de Ribeirão Preto.
438 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. **X) QUESTÃO DE ORDEM**



439 - Rodrigo Presotto solicita uma “Questão de Ordem”, que é aceita pela mesa
440 diretora. Rodrigo Presotto pontua, então, que seu entendimento é de que o
441 plenário deve verificar as pautas ainda a serem discutidas e fazer a
442 priorização, tendo em vista que não será possível discutir todos os pontos.
443 Essa priorização deve levar em conta, inclusive, o horário de saída de alguns
444 conselheiros do interior. Em sua opinião, deve-se priorizar o ponto “Resolução
445 CRP Nº 003/17”, solicitado pela conselheira Ivani Francisco de Oliveira, ainda
446 que se trate de um ponto novo e que tenha sido encaminhado em plenária
447 anterior que a prioridade seria a discussão de pontos remanescentes.
448 Argumenta que a necessidade de priorizar essa pauta é para dar a
449 possibilidade para que todos possam se manifestar. O conselheiro
450 presidente, Aristeu Bertelli da Silva pondera, a respeito do exercício proposta
451 de priorização de pontos, que o combinado original era de que fossem
452 tratados primeiro os pontos remanescentes, pois muito já estão há vários
453 meses aguardando a discussão e deliberação. Ressalta que dentre os
454 pontos remanescentes, há alguns que é fundamental a deliberação urgente,
455 como o ponto que tratará da regularização da Comissão de Auditoria e
456 Controle Interno - CACI. Dessa forma, sua sugestão é de que o plenário siga
457 o combinado original. Manifestações do plenário: 1) Há manifestação de
458 defesa a proposta apresentada pelo conselheiro presidente, para que se
459 mantenha o planejamento original e de que a prioridade de discussão seja o
460 ponto da CACI; 2) Defende-se que seja realizada discussão do ponto da
461 CACI, pois o atraso em realizada o debate em plenário sobre a regularização
462 da CACI está reverberando na Comissão: têm chegado demandas
463 importantes à CACI, que não tem respondido por conta da falta de
464 regulamentação. Nesse sentido, reforça que é necessário aumentar o
465 número de pessoas compondo a Comissão, bem como o número de
466 reuniões. 3) Embora haja ciência de que as portarias são feitas pelo
467 conselheiro presidente, considerando os questionamentos que surgiram em
468 relação à Portaria CRP-06 Nº 004/17, sugere-se que se suspenda essa
469 portaria e se mantenha a discussão normal dos pontos pautados, voltando a
470 discussão sobre essa Portaria oportunamente. 4) Solicita-se que se leve em
471 consideração, para essa decisão, que há algumas pessoas do plenário,
472 especialmente aquelas do interior, que necessitam sair até determinado
473 horário e, portanto, é preciso que se adiante as pautas em que essas
474 pessoas precisam estar. 5) Solicita-se que o informe pautado sobre
475 “Comunidades Terapêuticas” seja contemplado nesta plenária, ainda que



476 como último ponto de discussão. 6) Sugere-se que seja combinado o tempo
477 limite de discussão de cada ponto de pauta. 7) Pontua-se que a ordem dos
478 pontos remanescentes permaneceram inalteradas para esta plenária,
479 conforme discussão na plenária extraordinária. Apenas o ponto sobre a
480 Comunicação foi antecipado devido à participação da assessora técnica,
481 Erika Silva e Souza de Almeida. 8) Reforça-se sobre a importância de
482 deliberar sobre a CACI, até devido às questões jurídicas. Há um buraco na
483 regulamentação dessa Comissão que tem a função de auditar todo o CRP
484 SP. 8) Pontua-se que, como está sendo defendido que se delibere sobre a
485 Resolução da CACI, seria importante que essa minuta tivesse sido
486 disponibilizada com antecedência ao pleno, assim como o parecer jurídico
487 que foi solicitado sobre essa questão. 9) Sugere-se que o plenário faça duas
488 deliberações: a) definição se concorda com a priorização e, em caso positivo,
489 depois, b) a definição do dos pontos prioritários. 10) Defende-se que seja
490 aprovada a suspensão da resolução de ajuda de custo, para que haja tempo
491 para uma discussão mais aprofundada em plenária oportuna e que, dessa
492 forma, possa dar sequencia à pauta normal. 11) Pontua-se que, até o
493 momento, foram apresentadas duas propostas: a) Priorizar os pontos de
494 pauta, inclusive os remanescentes e, b) Priorizar o ponto remanescente
495 sobre a regularização da CACI e suspender a portaria. 12) Propõe-se que o
496 plenário siga a discussão das pautas remanescentes e, somente após, que
497 se inicie a discussão dos pontos novos, quando poderá ser definida uma
498 priorização. 13) Pontua-se que há dificuldade deste plenário de encaminhar
499 os assuntos no grupo e, quando há a decisão, o movimento seguinte é de
500 retrocesso. Que se trata de um processo que está sendo reproduzido
501 repetidamente e que não está deixando as pessoas satisfeitas. 14) Pontua-
502 se que não se deseja voltar atrás em combinados, porém, a Portaria interfere
503 na participação das pessoas nas atividades do CRP e poderia ser mais bem
504 dialogada. 15) Comenta-se que em qualquer processo há priorização, que se
505 trata de algo que ocorre em todas as políticas. Assim, entende ser produtivo
506 que se faça esse tipo de discussão nesta plenária. 16) Indica-se que devem
507 ser priorizadas as discussões sobre a CACI e sobre a Resolução de Ajuda de
508 Custo. Após essas discussões, pode-se seguir com a ordem original da
509 pauta. O conselheiro presidente, Aristeu Bertelli da Silva, manifesta que não
510 será deliberada a suspensão de nenhuma Resolução de forma arbitrária.
511 Assim, sua sugestão é que se discuta, até o teto das 17 horas, os pontos
512 remanescentes prioritariamente e, finalizando esses pontos ou atingindo o



513 teto de horário, o plenário discuta a Resolução de Ajuda de Custo. Desse
514 modo, coloca para votação as duas propostas defendidas por membros do
515 plenário: A) Discutir os pontos remanescentes até o teto das 17 e,
516 terminados esses pontos ou o horário limite, discute-se a resolução de ajuda
517 de custo ou, B) discutir prioritariamente os pontos sobre a CACI e a
518 Resolução de Ajudas de Custo, após, continuar com a pauta programada
519 inicialmente. **Encaminhamento:** Posto para votação, há 13 votos para a
520 proposta “A” e 11 votos para a proposta “B”. Dessa forma, aprova-se a
521 proposta de discutir os pontos remanescentes até o teto das 17 horas e,
522 terminados esses pontos ou o horário limite, discute-se a resolução de ajuda
523 de custo. Após o resultado da votação, o plenário consensua que dentre os
524 pontos remanescentes, o da CACI é prioritário e deve ser discutido com
525 prioridade. Rodrigo Presotto, em favorecimento de outros pontos de pauta
526 que entende mais urgentes que se realize a discussão, retira os três que
527 havia solicitado e pede que sejam repautados em abril, quais sejam:
528 Participação dos colaboradores em reuniões de núcleos e comissões na
529 sede; - Avaliação do planejamento estratégico; e, Avaliação do processo de
530 trabalho dos conselheiros. **XI) COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLE**
531 **INTERNO** – Magna Barboza Damasceno pontua a necessidade de
532 regularização da Comissão de Auditoria e Controle Interno. Informa que foi
533 formulada uma minuta de Resolução, bem como já havia um parecer jurídico
534 sobre o caso. Dessa forma, faz leitura do texto do Parecer Jurídico PH11/14,
535 que apresenta a necessidade de regularização da CACI. Relata que a CACI
536 deve estar prevista em Regimento Interno e que o trabalho da CACI será de
537 auditar as diversas transações do CRP SP. Sugere às subsedes, para evitar
538 equívocos, que tenham uma pasta contendo todos os memorandos com
539 instruções para os fluxos e procedimentos e assuntos financeiros enviados
540 pela nova diretoria do CRP SP. A respeito da regularização da CACI, informa
541 que foi feita pesquisa em outros Conselhos que possuem a CACI
542 regulamentada, e desses o do Rio Grande do Sul é que a tem melhor
543 estruturada. Assim, foi baseado na regulamentação desse Conselho que se
544 fez a minuta de Resolução para este Regional. Ressalta que o único
545 documento que cita a CACI não explica de forma clara a forma como essa
546 Comissão deve funcionar. Coloca ao plenário que a CACI está com diversas
547 pendências, devido à falta de regulamentação, e uma dessas pendências é
548 apresentar um Parecer sobre o balanço financeiro do exercício do ano de
549 2016 do CRP SP. Também há pareceres solicitados pela Diretoria e outras



550 Comissões que estão parados. Pondera que fazer pareceres será uma
551 atividade principal para a CACI, no entanto, sua atual estrutura é muito
552 pequena e, portanto, quando regulamentada deverá contar com mais
553 pessoas participando. A ideia é ampliar para 6 (seis) membros. Ainda sobre o
554 trabalho da CACI, pontua que uma simples Sindicância de sumiço de um
555 *tablet* mostrou várias fragilidades do CRP no sentido de controle.

556 Considerações do plenário: 1) Solicita-se esclarecimento acerca de algumas
557 disposições do Parecer Jurídico 02/17 no que diz respeito a ressarcimento.
558 Questiona-se se há conflito desse disposto com a o fato de a minuta de
559 resolução ter o ressarcimento previsto. 2) Questiona-se se a CACI divulgará
560 seus pareceres a respeito, especialmente, aos balancetes no Portal da
561 Transparência. 3) A respeito do disposto no art. 1, item III, questiona-se se
562 como os Relatórios de Atividades são validados pelas/os coordenadoras/es
563 de Comissões e Núcleos, se caberia a verificação da CACI. 4) Comenta-se
564 sobre como, por exemplo, as/os funcionárias/os envolvidas/os no processo
565 da sindicância são impactados, por conta da falta de clareza dos
566 procedimentos. Assim, pede-se que a CACI tenha o cuidado para que
567 também se leve em consideração o fator humano, para que não haja mais
568 dissabores. 5) Questiona-se o que seria notificado pelos núcleos e
569 comissões à CACI e como seria esse procedimento. Também, se já caberia
570 dispor essa questão na Resolução. 6) À respeito do Item IV da minuta de
571 Resolução, entende-se que é importante que se pense também na questão
572 da técnica (que está além da eficiência e eficácia). Também, que há a
573 dimensão política, que seria interessante ser contemplada. Assim, questiona
574 se caberia a CACI fazer também uma análise considerando a dimensão
575 ético-política. Cita, como exemplo, a contratação de funcionários temporários,
576 que é algo que pode ser relatado pelo ponto de vista de falta de congruência
577 com os posicionamentos políticos da gestão. 7) Rodrigo Fernando Presotto,
578 sobre o Art.1, parágrafo 2º, que diz que umas das atribuições da CACI é
579 *“assessorar a diretoria e o plenário no cumprimento de seus objetivos, por*
580 *meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a*
581 *efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e*
582 *governança”*, pontua que, de forma geral, todo órgão de controle e
583 gerenciamento deve funcionar independentemente àquilo que seria órgão
584 executivo da instituição que ele faz parte, no caso do CRP SP, a Diretoria e o
585 plenário, enquanto espaço decisório. Como se garante a independência do



586 processo de trabalho da CACI? Talvez, incluir um artigo para os casos em
587 que houver divergência. Questiona de quem seria o voto de minerva nesses
588 casos? No seu entendimento, seria do plenário, especialmente para os casos
589 em que houver divergência entre a compreensão da Diretoria e da CACI. É
590 importante que não haja diferenciação das decisões a depender das
591 instâncias às quais a/o conselheira/o está alocado. Por essa razão, sugere-
592 se que se inclua o plenário como instância a ser recorrida em caso de
593 impedimentos. 8) Andrea Mataresi entende que é papel da própria Comissão
594 verificar possíveis impedimentos e, dessa forma, ser complicado trazer as
595 questões ao plenário. A Comissão de Auditoria é para que eles façam a
596 auditoria, e, no limite, essa comissão é responsabilizada quando não audita.
597 Reforça-se que quem é implicado com uma eventual prevaricação financeira
598 é o conselheiro presidente e, associativamente, o tesoureiro, por ser
599 ordenador de despesas. O restante do plenário não é implicado. Nesse
600 processo, é possível questionar a CACI, por não ter auditado. Existe uma
601 responsabilidade pessoal. Trazer para o plenário não resolve, porque quem
602 responde é a Comissão. Há de ter o cuidado um com o outro, mas está-se
603 falando de legislação, de lei, e não se pode, em nome do afeto, atravessar
604 essa legislação. Com a instituição da CACI, essa também passaria a ser
605 responsabilizada, uma vez que tem essa função de auditar. 9) Informa-se
606 que foi realizada uma discussão grande acerca da terceirização, no debate
607 sobre o texto do Plano de Cargos, Carreira e Salário, durante a gestão
608 passada. Assim, indica que o plenário pode procurar essas informações nas
609 Atas das plenárias do período, junto à Secretaria. 10) Comenta-se que para
610 todas as tomadas de decisão, é importante ter parecer jurídico, de um
611 contador, entre outros profissionais. Dessa forma, questiona-se se esses
612 também participariam da comissão. 11) Rodrigo Presotto explica que a sua
613 ponderação anterior não foi para a regra, mas para situações em que não se
614 consiga entender que haja consenso e situações problemáticas. Em todo
615 processo do Sistema de Justiça e que envolvem prestação de contas, há um
616 momento em que as partes envolvidas devem ser afastadas para que o
617 processo de avaliação ou investigação seja conduzido de forma mais
618 transparente, sem pressão institucional. Não será algo rotineiro encaminhar
619 questões ao plenário, mas para os momentos de exceção. . Sentir-se-ia mais
620 confortável se fosse incluído um parágrafo colocando o plenário, enquanto
621 instância máxima do Conselho, como instância para que se recorra em casos
622 omissos. Afastadas as partes envolvidas, o plenário seria esse espaço,



623 inclusive, para dar mais respaldo para a atuação da CACI. Compreende a
624 questão colocada por Andrea Mataresi, mas discorda, pois também são
625 gestores, portanto, também podem ser responsabilizados com aquilo que
626 gerenciam. Relata que se sabe das responsabilidades assumidas do ponto
627 de vista institucional. Aristeu Bertelli da Silva quando assumiu a presidência,
628 assumiu uma responsabilidade atribuída ao cargo, assim como Vinicius
629 Cesca de Lima (tesoureiro) e, também, CACI também. São posições que
630 trazem uma responsabilidade que pressupõe que, em algum momento, se
631 pode passar por questionamentos. Exemplifica que desde quem está no
632 Centro Acadêmico de uma Universidade, até quem está ocupando altos
633 cargos em empresas estatais ou privadas, tem suas responsabilidades.
634 Nesse sentido, o que está reafirmando é que, com base no processo
635 histórico democrático do CRP, que se coloque um parágrafo que fale sobre a
636 necessidade de a CACI, em situações que possam ser colocadas como
637 casos omissos, trazer ao plenário, afastando as partes envolvidas. Está-se
638 fazendo algo para o futuro, e é algo que deve ser preservado do ponto de
639 vista da garantia do encaminhamento do processo administrativo, tendo o
640 processo de defesa sempre assegurado. Reafirma que seja dado esse
641 encaminhamento pelo plenário. 12) Aristeu Bertelli da Silva, considerando
642 que foi citado, cita que compreende o exposto e, quando aceitou ser
643 presidente, aceitou essa responsabilidade. Por mais que se possam ter
644 combinados políticos dentro do plenário, a responsabilidade final é do
645 ordenador de despesas e será esse quem responderá por isso. De maneira
646 específica, atualmente é ele, e será de qualquer colega que venha a ocupar
647 a presidência. Comenta que será ele quem será cobrado civil, criminal e
648 administrativamente sobre quaisquer irregularidades. Subsidiariamente,
649 também responderá o conselheiro tesoureiro. Legalmente isso está posto do
650 posto. Assim, independente de combinado feito por este plenário, quem é
651 arrolado não são os 30 conselheiros, mas ele próprio, enquanto presidente.
652 Outros colegas podem se solidarizar, mas legalmente é ele quem responde.
653 Recorda que a CACI tem caráter eminentemente consultivo e não
654 deliberativo, assim, ela emite parecer e tem responsabilidade legal de
655 reparação de danos. Magna Barboza Damasceno informa que para que
656 todos tenham maior clareza sobre o trabalho da CACI, e pensando no clima
657 organizacional, foi orçado no Plano de Ação da Comissão uma consultoria,
658 nos moldes da Oficina de Racismo Institucional, para conselheiras/os e
659 funcionárias/os, sobre o funcionamento da CACI. A consultoria garante a



660 lisura da instância, pois não é uma/um conselheiro falando, mas o Tribunal
661 de Contas da União. Sobre a questão de ter colaboradores e outras pessoas
662 auxiliando a Comissão, ressalta que não há necessidade de preocupação,
663 pois a auditoria da CACI será feita em blocos. A Comissão não dará conta de
664 verificar todas as transações, assim, será realizada por amostragem. Reforça
665 que a Comissão deve ter independência de outras instâncias e cita como
666 exemplo que, na eventual denúncia de uma irregularidade da Comissão
667 Gestora Metropolitana, como ela também coordena aquele grupo, deverá se
668 retirar dessa discussão pela CACI. Relata que a Diretoria já participou de
669 reunião dessa Comissão, que acolheu as questões colocadas, mas entende
670 que não devem estar presentes o tempo todo. Assim como o gerente geral,
671 que embora não deva estar presente todo o tempo, tem uma centralidade
672 importante na instituição e será uma figura importante para a CACI. A grande
673 auditoria realizada no CRP SP será a externa. A CACI trabalhará
674 internamente para prevenir de que haja grandes incongruências a serem
675 identificadas por essa auditoria. Comenta sobre o Artigo 1º., que relata sobre
676 a função de assessorar a diretoria e o plenário no cumprimento de seus
677 objetivos, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para
678 avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos,
679 controle e governança. Nesse sentido, entende que a gerência deve estar
680 próxima a essas questões, devido ao controle interno e, uma das
681 possibilidades à CACI é de sugerir mudanças de processos internos. Suely
682 Castaldi Ortiz da Silva entende que a CACI também deve considerar, por
683 exemplo, se as orientações chegaram em tempo hábil para as pessoas, pois,
684 se não, prejudicaria o julgamento das pessoas em suas ações. Assim,
685 entende ser necessário que se pense em como é possível garantir que a
686 CACI tenha um olhar para além da penalização. O gerente geral, Diógenes
687 Pepe, explica sobre o processo de prestação de contas ao longo desses
688 anos. O que a Comissão de prestação de contas deveria fazer não estava
689 elucidado. O único lugar que oficializa a CACI é o Manual do Conselho
690 Profissional e somente está descrito que a Comissão de Contas deve
691 apreciar a prestação de contas, somente. Ressalta que a CACI somente será
692 inserida no Regimento Interno após a aprovação pelo CFP, através de
693 Resolução. Assim, se trata de um processo que pode demorar e há urgência
694 do Parecer em relação ao exercício de 2016. Magna Damasceno registra que
695 não se sente tranquila para avaliar essas contas sem a devida regularização
696 da CACI, ou seja, sem que haja parâmetros para fazê-lo, assim caso



697 apresente o parecer, este será com restrições. Diógenes Pepe sugere que
698 seja solicitado parecer jurídico sobre a possibilidade de aprovar uma
699 Resolução de uma instância sem que haja a mudança no Regimento Interno,
700 que somente ocorreria com a aprovação do Federal. **Encaminhamento:** A
701 minuta de Resolução e o Parecer Jurídico apresentados nesta plenária serão
702 encaminhados a todas/os conselheiras/os por e-mail. O plenário terá até 01
703 de abril da para apresentar acréscimos e propostas à Resolução que serão
704 discutidas para aprovação da Resolução na Plenária Ordinária de 08 de abril.
705 As sugestões do plenário serão encaminhados ao jurídico, para análise e
706 ajustes, caso necessário. **XII) PSICOLOGIA TODO DIA, EM TODO LUGAR**
707 – Rodrigo Toledo inicia a exposição do ponto indicado que faz-se necessário
708 debate sobre a organização da “marca da gestão” 2016-2019. Assim, teve-se
709 a ideia de reeditar o projeto “Psicologia todo dia, em todo lugar”, realizada na
710 gestão 2013-2016, mas com outra metodologia de trabalho e também com
711 outro mote (retirando: Por uma sociedade mais democrática e igualitária).
712 Suely Ortiz Castaldi da Silva explica sobre como foi realizado o projeto
713 “Psicologia Todo Dia em Todo Lugar” na gestão passada: iniciou pela
714 gravação e submissão de vídeos pela categoria e por estudantes que eram
715 encaminhados para análise de uma Curadoria formada para esse projeto.
716 Após essa primeira etapa, decidiu-se pela continuidade do projeto, através
717 das caravanas em parceria com a TV PUC, que depois originaram o vídeo
718 final. As caravanas tinham, minimamente 3 (três) pessoas ligadas à gestão
719 acompanhando. Rodrigo Toledo ressalta que esse trabalho com as
720 caravanas foi bastante oneroso, devido ao contrato com a TV PUC. Para
721 este ano, a conselheira Camila Teodoro Godinho havia pensado em um
722 projeto com finalidade de dar a marca desta gestão. Considerando que este
723 Conselho já possui muita produção pronta: nos Jornais, por exemplo, é
724 comum ter a área de diálogo com os profissionais. A ideia é de que esse
725 projeto seja construído em parceria com o GT História e Memória da
726 Psicologia, a fim de resgatar as mais diversas práticas realizadas pelas/os
727 psicólogas/os do estado de SP que em algum momento fizeram parte da
728 história do CRP através das ações políticas. Estas/es profissionais seriam
729 novamente entrevistadas/os e documentários seriam produzidos com esse
730 material. Exemplifica que foram identificadas entrevistas no Jornal Psi que
731 podem ser utilizadas, fazendo um comparativo entre a situação anterior
732 relatada e a atual. O GT História e Memória já identificou uma entrevista em
733 Jornal do ano de 1982 a respeito de Psicologia Hospitalar e que pode ser



734 feito um cotejo com a/o entrevistada/o sobre o panorama atual. Também é
735 possível consultar outras pessoas que atuem nesse mesmo campo,
736 localizando pessoas de referências nas regiões e realizando as entrevistas. A
737 ideia é que, para todos os casos, se tenha como condutor os processos de
738 trabalho. A proposta é de que também não se trabalhe mais com o formato
739 de caravanas, bem como que não se utilize a TV PUC, tendo em vista os
740 altos custos. Ressalta-se ainda que, como ainda não mudaram ou
741 encerraram o projeto, ainda estão sendo recebidos vídeos da categoria.
742 Assim, é possível incluir esses vídeos nesse projeto ou cessar o recebimento
743 deles, finalizando o projeto anterior. Considerações do plenário: 1)
744 Considera-se positivo que se pense na participação da categoria de outras
745 formas. Mas, pondera-se que pensar em um projeto de gestão é também
746 pensar no projeto político e, nesse sentido, há questões urgentes. Cita-se,
747 como exemplo, a organização nuclear das subsedes, que está sendo
748 organizada e que pretende uma inserção de base da categoria. 2) Ressalta-
749 se a importância de que se defina qual será o fio condutor das defesas desta
750 gestão: se é o combate às ameaças de retirada de direitos, a defesa dos
751 direitos ou outro. Pois, apenas dialogar sobre as práticas profissionais não se
752 relaciona com as ameaças que estão ocorrendo. 3) Sugere-se que se pense
753 em algo do ponto de vista da interiorização, levantando temas que mobilizem
754 aquelas regiões. 4) Considera-se fundamental que se tenha um mote para o
755 projeto, que será o condutor dessas ações e, por isso, é importante a
756 inclusão da Comissão de Comunicação na organização desse projeto. 5)
757 Pondera-se que é possível realizar diversos pequenos projetos, conforme
758 demandas dos núcleos e comissões, desde que esses sigam o mesmo fio
759 condutor. 6) Ressalta-se que no futuro espaço onde ficará alocado o
760 departamento de comunicação está prevista uma estrutura para um pequeno
761 estúdio, onde será possível a gravação de diversos vídeos. 7) Defende-se
762 que não seja mantido o projeto em parceria da TV PUC, pois o custo é muito
763 alto e há um baixo alcance dos canais de comunicação deles. 8) Questiona-
764 se como seria feita a seleção das pessoas a serem entrevistadas,
765 ponderando-se que é importante sair do contato apenas com as pessoas que
766 têm relações com as/os membros plenário e ir ao encontro da categoria.
767 Porém, isso gera outras questões, que são se as pessoas envolvidas são
768 alinhadas e pensar formas de como este CRP pode marcar seu
769 posicionamento independente das manifestações. 9) Relata-se que Erika



770 Almeida, assessora técnica da Comunicação, tem experiência com a criação
771 de projetos dessa natureza. 10) Ressalta-se a necessidade que se construa
772 a marca/mote da gestão. Outra questão que será necessário pensar, mas
773 que pode ser em outro momento é a forma como será feito o projeto. 11)
774 Defende-se que o GT História e Memória esteja na coordenação do projeto e
775 considera-se fundamental que a Comissão de Comunicação também esteja
776 envolvida. 12) Pontua-se que o projeto deve ter uma marca forte e levar em
777 consideração as bandeiras históricas e a plataforma desta gestão. 13) O
778 projeto deve ter também plasticidade para acolher novos temas, pois será um
779 projeto para os próximos anos e não pode ficar engessado. 14) Propõe-se a
780 constituição de um GT para construção de proposta de projeto, que deverá
781 levar em consideração o que é premente, a plataforma de gestão, as
782 bandeiras históricas e como tudo isso dialoga com o cotidiano. 15) Pontua-se
783 que o plenário está misturando o que é forma do que é conteúdo. Nesse
784 sentido, concorda que é importante que o GT História e Memória e a
785 Comunicação estejam juntas pensando sobre as estratégias, bem como se
786 é favorável a constituição do GT, que deverá propor o resgate das lutas e
787 bandeiras da gestão. 16) Deve-se considerar a forma de estar presente nos
788 territórios, pensar a micro e macro política e em como a Psicologia defende
789 uma sociedade mais igualitária. 17) Ed Otsuka se dispõe a compor o GT. 18)
790 Pede-se que haja organicidade nesse projeto, para que seja aberto para
791 discussão do plenário. 19) Pontua-se a importância de que se pense em uma
792 metodologia para que esse projeto de gestão dialogue com os anseios da
793 base. 20) Defende-se a constituição do GT, e sugere-se que tenha
794 representantes da CDH e da CPP. Registra-se que a CDH está no aguardo
795 da definição do projeto de gestão para definir o projeto da CDH. 21) Retoma-
796 se que, por volta de 2012, a subsede de Campinas fez uma análise sobre
797 como dar visibilidade às práticas da psicologia, que tenham alinhamento com
798 o compromisso social. Foi feito um projeto na subsede que acabou se
799 tornando inspiração para o Projeto Psicologia Todo Dia em Todo Lugar. 22)
800 Comenta-se que a discussão deste ponto de pauta mostrou a complexidade
801 que envolve a questão. 23) Entende-se que a constituição do GT é
802 importante, mas que esse deve se ocupar muito mais da forma que do
803 conteúdo. Embora já haja conteúdo dado pela plataforma política, entende
804 que é algo que deve ser pautado em plenária novamente, para deliberação.
805 Ficando o GT responsável por pensar a forma de realizar. 24) Considera-se
806 importante que sejam estabelecidos espaços coletivos, para contextualização



807 do que a categoria está vivendo como psicólogos/os atualmente, sem
808 desconsiderar os conteúdos que o CRP já tem prontos. 25) Relata-se que
809 quando pensa em colegas para contribuir com o CRP, pensa na lógica de
810 que essa participação ser enriquecedora para essas pessoas. Era algo
811 realizado durante a Campanha eleitoral, mas que agora pode ser qualificado,
812 uma vez que a fala agora é em nome do CRP. 26) Reforça-se a importância
813 de se ter um projeto político por trás do projeto. 27) Pontua-se que o projeto
814 realizado na gestão anterior fez muito sentido para a categoria e que foi a
815 primeira vez que viu os profissionais do território em que atua apontarem o
816 CRP como referência. Assim, entende que o projeto deve fazer sentido e
817 enriquecer a categoria com a experiência. 28) Relata-se que em Campinas
818 realizaram rodas de conversa que perderam a força. Assim, criaram outro
819 projeto, Psicologia no cotidiano, para contemplar os profissionais da clínica.
820 Para esse projeto, foram gravados depoimentos que estão disponíveis on-
821 line na página temática das Psicoterapias. Pontua-se que a disposição
822 desses vídeos no site foi ruim, dificultando o acesso. 29) Pontua-se a
823 importância de se discutir a marca a partir do projeto político. Os princípios
824 fundamentais estão além do contexto político, assim, sugere-se é que mais
825 que a composição de um GT, se pense em uma oficina de conselheiras/os
826 para pensar no projeto político da gestão, que contemple o processo de
827 responsabilização da/o psicóloga/o diante da realidade. 30) Sugere-se a
828 criação de um canal no *Youtube*. Assim, como realizar *lives* (transmissões ao
829 vivo em canais da internet) que possuem mais visualização. Também, que se
830 trabalhe, por exemplo, com editais para que psis apresentem suas práticas.
831 31) Reforça-se que se as ações devem se pautar pelos princípios
832 fundamentais 1, 2 e 3 do Código de Ética da profissão: “I. O psicólogo
833 baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da
834 dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos
835 valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O
836 psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das
837 pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer
838 formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e
839 opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando
840 crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.”
841 Rodrigo Toledo retoma o eixo apresentado para projeto proposto e
842 compreende que as propostas apresentadas não são concorrentes, pois
843 todas apresentam a questão de um resgate histórico da psicologia que



844 defendemos. Relata que o projeto da gestão passada não teve o alcance e
845 visibilidade esperados, com a parceria que se tinha. Aristeu Bertelli da Silva
846 reforça que a proposta é que se constitua um GT que deve pensar na forma
847 de apresentação do projeto. A sugestão é que o GT seja constituído por
848 representantes da CDH, CPP, ComCom e GT H&M. O produto do GT seria
849 pensar no formato que se daria o projeto, se a realização de uma Oficina ou
850 uso de outra metodologia. Sugere-se a realização de uma Plenária
851 extraordinária para discutir o assunto, mas pondera-se que o grupo pode
852 apresentar a proposta na Plenária Ordinária de 08/04, para execução da
853 estratégia pensada no mês de maio. **Encaminhamento:** O plenário decide
854 pela criação de um Grupo de Trabalho composto por representantes da
855 Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Políticas Públicas, da
856 Comissão de Comunicação e do GT História e Memória. O grupo terá como
857 tarefa pensar na metodologia para construção do projeto desta gestão. O
858 grupo deverá considerar as propostas e considerações desta plenária a
859 respeito deste projeto. A proposta do grupo deverá ser apresentada na
860 Plenária Ordinária de 08 de abril, para que seja possível iniciar a execução já
861 durante o mês de maio. A Secretaria encaminhará por e-mail a consulta aos
862 grupos que compõem o GT para que informem quem serão seus
863 representantes no grupo. **XIII) RESOLUÇÃO CRP Nº 003/17** – Considerando
864 que foi atingido o teto de tempo para discussão dos pontos remanescentes,
865 de 17 horas, conforme acordado durante a discussão da Questão de Ordem
866 solicitada pelo conselheiro Rodrigo Presotto, o plenário passará a discutir a
867 Resolução CRP nº 003/17. Ivani Oliveira de Oliveira comenta que foi
868 aprovada a Resolução CRP Nº 003/17, que altera as disposições sobre o
869 pagamento de ajudas de custo e diárias. Após, foi aprovada a Portaria que
870 complementa a Resolução, trazendo o referencial de valores serem utilizados
871 em cada caso. Assim, trouxe o ponto à Plenária porque esses documentos
872 tem impacto na participação das pessoas nas atividades. Comenta que na
873 Plenária Extraordinária, realizada no último dia 10, houve uma discussão
874 difícil do plenário e não foram registrados os encaminhamentos. Beatriz
875 Mattos tomou a iniciativa de abrir uma planilha *on-line*, que todos tinham
876 acesso, para que pudessem elencar possíveis encaminhamentos. Das
877 propostas que foram incluídas na planilha, nenhuma exigia uma providência
878 específica, a exceção de uma, da conselheira Maria das Graças Mazarin de
879 Araújo, a respeito de um rigor muito forte por parte da tesouraria em relação
880 à organização. Baseada nesse registro, pediu pauta na plenária sobre



881 revogação da Resolução e da Portaria e colocou como uma pauta coletiva,
882 por ter se originado da Plenária Extraordinária. Comenta que Vinicius Cesca
883 de Lima apontou para a necessidade de seguir a Resolução do pelo CFP,
884 por ser tratar de uma normativa de um órgão hierarquicamente superior. No
885 entanto, o Parecer Jurídico, disponibilizado aos conselheiros nesta plenária,
886 somente diz que o CRP pode normatizar, naquilo não trazido pelo CFP.
887 Pontua que a nova normativa aprovada traz no Artigo 7º a redução em 50%
888 do valor paga para atividades que duram menos de 4 horas, comparando à
889 Resolução do CFP. A resolução do CFP traz essa disposição, mas por turno
890 e pelo site da transparência do CFP não se identificou pagamento parcial da
891 ajuda de custo. Desta forma, faz o questionamento se o turno referido na
892 Resolução do CFP seria participar parcialmente de uma atividade proposta
893 ou realmente um turno do dia. A Resolução, da forma como está, impacta em
894 reduzir o pagamento pela metade de praticamente tudo o que é realizado
895 pelo CRP. É algo que impacta, inclusive, para palestrantes, pois o valor não
896 é suficiente para cobrir gastos com estacionamento e alimentação. Assim,
897 traz à plenária a questão do impacto que a resolução apresenta. Pondera
898 que se deve pensar em promover condições para que as pessoas possam
899 realizar ações. Pontua que terá dificuldade de manter COE na Subsede do
900 Grande ABC, por exemplo, se forem mantidos os novos valores. Retoma ao
901 texto do parecer, que diz ser importante dar condições para o que as
902 pessoas têm que realizar. Ainda, informa que quando foi aprovada a
903 Resolução, entendeu que os valores fossem ser aprovados na plenária,
904 somente depois que entendeu que seriam os conselheiros presidente e
905 tesoureiro que fariam a atualização. Em sua visão, é complicado já votar pela
906 revogação da Portaria e Resolução, mas é válido se pensar em um grupo de,
907 pelo menos, coordenadores de subsedes, para alinhar essas questões.
908 Considerações do plenário: 1) Andrea Mataresi pontua que uma coisa muito
909 importante é que o plenário sempre se defende alegando que não havia
910 entendido que seria de determinada forma. Assim, sugere que todas/os
911 façam a leitura ao Regimento Interno do CRP, porque essa questão está
912 explícita nesse documento. Entende que é uma gestão nova e que muitas/os
913 conselheiras/os estão iniciando agora no plenário. Mas isso não as/os
914 desresponsabiliza de ler os regulamentos e as leis que orientam gastos de
915 impostos federais, além das resoluções vigentes. Alegar que não sabia ou
916 desconhecia uma lei não tira a responsabilidade sobre a questão. O pleno



917 está no exercício da gestão da autarquia. 2) Andrea Mataresi comenta que
918 outra questão é que há um equívoco na leitura do parecer jurídico. Reforça-
919 se há ilegalidade em coincidir ajudas de custos com jetons. O que o jurídico
920 apresenta no parecer sobre o jeton é que não precisa ressarcir o jeton pago
921 até então, mas que há uma ilegalidade clara em pagar duas vezes a mesa
922 atividade. Está na legislação que trabalho exercido pela gestão dos
923 conselhos profissionais não são remunerados enquanto trabalho, somente
924 que pode haver ressarcimento, o que é feito através do pagamento das
925 ajudas de custo. 3) Ressalta-se que na COE a maioria das pessoas já está
926 ciente da redução do valor das ajudas de custo para atividades com duração
927 inferior a 4 (quatro) horas e que, ainda assim, não deixaram de participar.
928 Para territórios muito grandes, será pensada na quilometragem e na diária. 4)
929 Andrea Materesi sugere que seja verificado quantas ajudas de custos foram
930 pagas com o valor reduzido e quantas com o valor integral. 5) Pela norma do
931 Tribunais de Contas da União há de se ter razoabilidade de valor pago. 6)
932 Pontua-se que entende que deve ser ajustada a questão do ressarcimento
933 para as/os colaboradoras/es de CIs, que têm outros custos envolvidos, como
934 telefone, internet, material de escritório, e que não estão contemplados na
935 Resolução, não sendo, portanto, ressarcidos. 7) Exemplifica-se que o valor
936 que era pago por quilometro era abusivo, pois trazia vantagem financeira a
937 quem viajasse de carro próprio. O Parecer Jurídico era no sentido de que
938 não se permitisse viagens de carro próprio, em deslocamentos superiores a
939 200 km e foi feita uma flexibilização sobre essa questão, desde que
940 previamente aprovadas. Portanto, a mão não é tão pesada. Portanto, conclui
941 que não adianta ficar na esfera de quais conselheiras/os precisam mais ou
942 que se deixa de ganhar dinheiro devido ao trabalho no CRP, como foi
943 argumentado da outra vez que o plenário discutiu a Resolução. Quando nos
944 colocamos como colaboradora/or, se sabe que será voluntário, que vai
945 receber ajuda de custo e não remunerado enquanto trabalho. Se sabe que
946 quando se está a exercício do CRP não se está trabalhando e, portanto, não
947 se ganha dinheiro, mas não se é obrigado a estar aqui. 8) Informa-se que foi
948 encaminhado um e-mail, com cópia para diversos funcionários, inclusive,
949 onde se anunciava que era uma pauta coletiva de revogação de uma
950 Resolução recém-aprovada. E, por isso, solicitou que se esclarecesse de
951 qual coletivo se falava, pois no plenário há muitos que não defendem essa
952 pauta. Foi algo que impactou na comunicação interna. 9) Há uma dicotomia
953 trazida pela relação da militância com o trabalho realizado no autarquia, mas,



954 pelo viés de autarquia, o CRP deve orientar e fiscalizar. A execução dessas
955 ações não são militâncias, são eletivas e voluntárias. Então, as ações
956 políticas, a priori, não são obrigatórias de serem realizadas. 10) Pontua-se
957 que há ganhos secundários por se estar associado ao CRP. Clarice Pimentel
958 Paulon pontua que foi realizada discussão na Diretoria sobre o assunto, e o
959 tesoureiro, que não pôde estar presente, encaminhou um texto para o
960 plenário. Dessa forma, faz leitura do texto, que é a resposta do tesoureiro ao
961 pedido de revogação da Resolução e da Portaria: *“É com espanto que*
962 *recebo a proposta de revogação da Resolução CRP-06 n. 03/2017, que*
963 *normatiza o pagamento de ajudas de custo e diárias e o custeio de*
964 *deslocamento e hospedagem em atividades a serviço ou interesse do CRP*
965 *SP. O espanto ocorre por duas razões. A primeira é que se trata de projeto*
966 *em curso desde, ao menos, o início da gestão do XIV Plenário do CRP SP,*
967 *em 2013. Em nossa gestão, a partir do acúmulo sobre o tema, devidamente*
968 *abordado no processo de transição entre a diretoria presidida pela colega*
969 *Elisa Zaneratto e aqueles que viriam a compor a primeira composição da*
970 *diretoria hoje presidida pelo colega Aristeu Bertelli, a proposta foi*
971 *apresentada ainda na plenária ordinária do mês de outubro, acompanhada*
972 *de diagnóstico a respeito do pagamento de ajudas de custo e diárias e de*
973 *deslocamentos. A partir deste momento, elaboramos minuta de resolução*
974 *que foi: a) apreciada, inicialmente, pelas áreas técnicas envolvidas (gerência*
975 *e departamento financeiro); b) apreciada então pela assessoria jurídica, que*
976 *sobre ela exauriu parecer; c) apresentada à plenária, que sobre ela teceu*
977 *considerações; d) apreciada, debatida e votada em sessão plenária. Espanta*
978 *que, apenas ao final deste processo, se apresente discordância tão*
979 *significativa que se expresse por meio de proposta de revogação. A segunda*
980 *razão para espanto é que, neste momento, se cogite a possibilidade de*
981 *impedir a diretoria, especialmente os conselheiros presidente e tesoureiro, de*
982 *honrarem o seu DEVER de cumprir o “Manual de Procedimentos*
983 *Administrativos, Financeiros e Contábeis” do Sistema Conselhos de*
984 *Psicologia, aprovado por meio da Resolução CFP 10/2007. Tentariam as/os*
985 *mesmas/os conselheiras/os impedir a presidenta da Comissão de Ética de*
986 *cumprir, rigorosamente, aquilo que estabelece o Código de Processamento*
987 *Disciplinar? Tentariam as/os mesmas/os conselheiras/os impedir o*
988 *presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização de cumprir,*
989 *rigorosamente, aquilo que estabelece o Manual Unificado de Orientação e*
990 *Fiscalização (MUORF) e aquilo que estabelecerá a Política de Orientação e*



991 *Fiscalização (POF)? Arriscaria dizer que não. Afinal, consideremos que, na*
992 *primeira plenária desta gestão, quando elegemos a presidência da COE e da*
993 *COF, parte expressiva deste plenário afirmou orientar sua decisão com base*
994 *no argumento do suposto domínio dos procedimentos envolvidos nas*
995 *normativas mencionadas, o CPD e o MUORF. Este domínio é apresentado*
996 *como determinante da escolha da presidência da COE e da COF ao mesmo*
997 *tempo em que é apresentado como demérito para a condução da diretoria?*
998 *Além disso, quero acreditar que o plenário trataria com a mesma*
999 *responsabilidade os riscos de nulidade envolvendo o descumprimento do*
1000 *“Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis” como*
1001 *trata com responsabilidade dos riscos de nulidade envolvendo*
1002 *descumprimento do CPD e do MUORF. Afinal, como já tive a oportunidade*
1003 *de apresentar, e me coloco à prova para qualquer demonstração do que*
1004 *novamente aqui sustento, a maioria do conteúdo da Resolução CRP-06 n.*
1005 *03/2017 tão somente corrige aquilo que a normativa anterior, datada de*
1006 *2002, tinha de conflitante com o referido manual, com a legislação sobre o*
1007 *tema e com orientações e jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Se*
1008 *a substituição de uma resolução por outra parece ser tão impactante, é*
1009 *apenas porque tínhamos 16 anos de déficit nesse assunto, com uma*
1010 *normativa anterior mesmo à lei federal que disciplina o tema, que é de 2004.*
1011 *Análise minuciosa demonstra que a Resolução CRP-06 n. 03/2017*
1012 *acrescenta em relação ao vigente por meio da Resolução CFP 10/2007*
1013 *apenas o que segue: • Ampliação do limite de custeio das atividades da*
1014 *Comissão de Auditoria e Controle Interno, anteriormente de 01 atividade*
1015 *mensal para 01 atividade semanal, equiparando os procedimentos*
1016 *envolvendo o custeio da CACI com aqueles praticados em relação às demais*
1017 *comissões permanentes; • Retirada do limite de 01 representação mensal*
1018 *em instância de controle social, possibilitando ampliar esta forma de*
1019 *representação; • Adoção do INPC em substituição ao ICV enquanto*
1020 *referência para atualização de valores de ajudas de custo, diárias e*
1021 *reembolso de quilometragem, adotando assim o mesmo indicador utilizado*
1022 *para atualização do valor da anuidade; • Transferência de setembro para*
1023 *janeiro do mês de referência para possível atualização de valores de ajudas*
1024 *de custo, diárias e reembolso de quilometragem; • Parametrização do*
1025 *custeio de hospedagem, conferindo maior segurança jurídica a*
1026 *procedimentos que poderiam ter sido adotados por meio administrativo; •*
1027 *Parametrização do custeio de deslocamento, conferindo maior segurança*



1028 *jurídica a procedimentos que já estavam vigentes por meio administrativo. É*
1029 *isso o que se propõe revogar? Com qual finalidade? Se o que se propõe*
1030 *revogar são outros dispositivos da referida resolução, é preciso informar que*
1031 *se trata de tentativa inócua. Afinal, a Lei 11.000/2004 confere exclusivamente*
1032 *aos conselhos federais de profissões regulamentadas a atribuição de*
1033 *disciplinar o pagamento de auxílios de representação, verbas indenizatórias,*
1034 *diárias e jetons em seu âmbito e no âmbito dos Conselhos Regionais*
1035 *respectivos. No Sistema Conselhos de Psicologia, isso é feito por meio da já*
1036 *referida Resolução CFP 10/2007 e, em menor medida, por alguns*
1037 *dispositivos da Resolução CFP 03/2007. Assim, nos termos da lei, são as*
1038 *resoluções do CFP que devem ser cumpridas no pagamento destas verbas.*
1039 *Eventual resolução regional não pode estar em desacordo com a resolução*
1040 *do Federal. Na eventualidade desta ocorrência, o parecer jurídico do qual*
1041 *dispomos é de que se deve cumprir a resolução federal ainda que a*
1042 *resolução regional seja omissa ou disponha de forma diversa. Assim,*
1043 *procedimentos até então descumpridos, como a redução em 50% das ajudas*
1044 *de custo referentes a atividades de curta duração realizadas no mesmo*
1045 *município de residência da/o participante, devem e serão cumpridos por esta*
1046 *diretoria não importa como esteja disposto em eventual resolução regional.*
1047 *Pois, obviamente, ninguém pode ser obrigado a descumprir a lei. Só não*
1048 *passamos a adotar esses procedimentos por via administrativa por entender*
1049 *que seria mais correto trazer o assunto para apreciação do plenário, como*
1050 *fizemos. A respeito da proposta de revogar a Portaria CRP-06 n. 04/2017,*
1051 *que estabeleceu valores para ajudas de custo, diárias e reembolso de*
1052 *quilometragem, considero imprescindível apontar que a proposta de*
1053 *revogação apresenta como premissa um “espantalho”, ao questionar se as*
1054 *ajudas de custo ameaçam a estabilidade financeira do CRP SP. Acontece*
1055 *que nunca se tratou disso. Não é essa a razão ou motivação para o*
1056 *estabelecimento dos valores. Como temos insistentemente apontado, há um*
1057 *equivoco terrível na avaliação de que a gestão financeira do CRP SP estaria*
1058 *sendo orientada pelas intenções de realizar cortes, reduzir despesas ou*
1059 *evitar um apocalíptico colapso das finanças da entidade. Reafirmamos: não é*
1060 *nada disso. Orientamos a gestão financeira com as seguintes finalidades: ●*
1061 *Garantir recursos para a realização de ações projetos politicamente*
1062 *estratégicos como a criação de novas subsedes, a reforma arquitetônica dos*
1063 *prédios do CRP para garantir sua acessibilidade, a garantia de acessibilidade*
1064 *em todas as publicações e atividades do CRP e a descentralização,*



1065 regionalização e interiorização das ações da gestão; • Aprimorar os
1066 mecanismos de gestão e controle interno para a estrita observância dos
1067 princípios da administração pública, evitando desperdícios e ampliando a
1068 eficiência do uso dos recursos públicos geridos pela entidade; • Ampliar e
1069 aprimorar os mecanismos de transparência de modo a garantir uma gestão
1070 democrática e participativa; • Criar e qualificar mecanismos para coibir e
1071 responsabilizar por usos irregulares dos recursos da entidade. Nessa
1072 perspectiva, os valores de ajuda de custo, diárias e reembolso de
1073 quilometragem foram redefinidos para corrigir distorções, tendo em
1074 consideração as finalidades para as quais se destinam estes recursos. Esse
1075 é um elemento fundamental a frisar: as ajudas de custo, diárias e custeios de
1076 deslocamento têm finalidade indenizatória e nunca remuneratória. Destinam-
1077 se, de forma específica e exclusiva, a indenizar despesas com alimentação,
1078 transporte e pousada. Não são formas de reconhecer a colaboração
1079 prestada. Não recompensam ou remuneram o tempo dedicado a atividades
1080 do CRP. Não indenizam por tempo no qual eventualmente se deixou de
1081 desempenhar atividades profissionais remuneradas. Conselheiras/os e
1082 gestoras/es - e por extensão as/os colaboradoras/es - desempenham
1083 funções honoríficas voluntárias, sem qualquer forma de remuneração direta
1084 ou indireta, e devem ser indenizadas/os estritamente por gastos com
1085 alimentação, transporte e pousada. Nesse sentido, avaliamos que o valor
1086 praticado como ajuda de custo é adequado e optamos por aplicar reajuste
1087 inflacionário desde a ocorrência do reajuste anterior, chegando ao valor de
1088 R\$96 ao dia. Não nos parece ser um valor aviltante e humilhante, como se
1089 chegou a sugerir. É comum, por sua vez, que os valores de diárias sejam
1090 maiores para possibilitar cobrir também despesas de hospedagem. Contudo,
1091 o CRP SP custeia diretamente a hospedagem. Essa já nos parece ser razão
1092 suficiente para que as diárias para viagens dentro do Estado de São Paulo
1093 tenham o mesmo valor da ajuda de custo. Afinal, por exemplo, um morador
1094 de Taubaté que estiver em atividade em Santos teria um patamar maior de
1095 gastos do que um morador do próprio município de Santos? Se os gastos
1096 são realizados no município de destino, não existe razão para que o custeio
1097 seja referente ao município de origem do participante. A diferença pode
1098 estar, contudo, em outros gastos decorrentes da viagem. E é correto
1099 ressarcir-los. Para isso, existe o acréscimo de meia diária para ida antecipada
1100 e volta adiada. A resolução anterior aplicava esse acréscimo
1101 automaticamente, mesmo nos casos em que não era necessário, o que era



1102 *injusto e causava uma distorção, corrigida pela resolução e pela portaria*
1103 *vigentes. Assim, o que pode parecer, em um olhar mais desatento, ser uma*
1104 *redução, na verdade, pode ser uma ampliação: a ajuda de custo que era de*
1105 *R\$184 será de R\$192, mas apenas nos casos em que isso for necessário e*
1106 *não indiscriminadamente em todos os casos de viagem para outro município.*
1107 *Além disso, é preciso considerar que, em qualquer ocasião em que as*
1108 *despesas a serem ressarcidas ultrapassarem o valor padronizado a ser*
1109 *pago, é possível reembolsá-las desde que comprovadas e que não sejam*
1110 *irrazoáveis. Por fim, temos o valor de reembolso de quilometragem. Como já*
1111 *informado, calculamos o valor de modo que haja ressarcimento de*
1112 *combustível, de desgaste/manutenção e de depreciação. Vale ressaltar que*
1113 *adotamos uma leitura generosa dos gastos a serem ressarcidos, afinal não*
1114 *há qualquer obrigatoriedade de ressarcir a depreciação, visto que esta*
1115 *decorre do tempo independentemente do uso. Sem o componente da*
1116 *depreciação, o valor do quilômetro rodado seria de R\$0,56 - patamar, aliás,*
1117 *semelhante ao adotado por outros CRPs e por outros conselhos*
1118 *profissionais. Diversos modelos de cálculo, considerando estes três*
1119 *componentes, nos levaram ao valor de R\$0,75 / km, o que também*
1120 *identificamos ser coerente com a média de mercado e com os valores*
1121 *praticados em outras instituições públicas. O valor praticado anteriormente,*
1122 *de R\$1,12, em uma distorção que acreditamos ter sido gerada pelo*
1123 *mecanismo de reajuste anual automático, supera assim, de forma*
1124 *significativa, o estrito ressarcimento das despesas envolvidas, desvirtuando*
1125 *sua finalidade e criando um tipo de vantagem financeira a quem opta por*
1126 *esse meio de transporte, o que nos preocupava especialmente considerando*
1127 *que, em 2016, a quilometragem reembolsada saltou de patamar entre 100*
1128 *mil e 150 mil quilômetros rodados por ano para 300 mil quilômetros rodados*
1129 *no ano. Contudo, reafirmamos nossa disposição de diálogo sobre esses*
1130 *valores. Mais do que isso: assumimos o compromisso de atualizá-los caso se*
1131 *demonstre que os valores de ajudas de custo, diárias e reembolso de*
1132 *quilometragem estabelecidos na Portaria CRP-06 n. 04/2017 são*
1133 *insuficientes para cumprir suas finalidades: ressarcir despesas com*
1134 *alimentação e transporte (entendendo que a despesa de pousada, ainda que*
1135 *passível de ser ressarcida, já é executada diretamente pelo CRP). Por fim,*
1136 *pode ser também de interessante conferir os valores praticados pelos demais*
1137 *Regionais e pelos conselhos de outras profissões, a título de comparação.”.*
1138 *No documento encaminhado pelo tesoureiro, há ainda a apresentação de*



1139 gráficos com o comparativo de valores praticados por outros regionais e por
1140 outros conselhos profissionais, demonstrando que os valores propostos pelo
1141 CRP SP estão condizentes com a prática. Ivani Francisco de Oliveira informa
1142 que seu entendimento havia sido de que os valores seriam trabalhados no
1143 plenário. Foi um entendimento seu quando se aprovou a Resolução. Quando
1144 encaminhou a pauta, colocou como coletiva porque queria marcar que não
1145 se tratava de uma pauta somente dela. Comenta ainda que a explicação
1146 sobre a forma como foi feito o cálculo dos valores da ajuda de custo poderia
1147 ter sido encaminhada com antecedência. **Novas considerações do plenário:**
1148 a) Luciana Stoppa pontua o incômodo que parece que sempre que se traz a
1149 questão de valores, para uma sensação de que se está querendo ter
1150 benefícios pessoais, quando se está falando de uma ajuda de custo cujo
1151 valor é baixo. Ouve que estão aqui por questões pessoais e não pelo coletivo
1152 e pela categoria. Acha problemático se colocarem em um lugar de oposição
1153 entre ser contra ou a favor da categoria, quando trazemos uma preocupação
1154 preocupação com a forma como as coisas acontecem. Não é cuidados com
1155 as pessoas que estão presentes e que têm o direito de se posicionarem e
1156 externalizarem dúvidas, dificuldades e de serem ouvidos. Cita que ouve que
1157 há favorecimento, mas que ela nunca teve favorecimento pessoal em
1158 nenhuma ação que fez pelo CRP. É preciso ter o cuidado quando se fala
1159 algo assim. E também do rigor com a transparência. Quando questionamos
1160 sobre receber uma Portaria que não foi dialogada, e não questiona o papel
1161 da Diretoria nisso e sua prerrogativa de estabelecer isso, mas pensa na
1162 possibilidade de haver diálogo anterior. Questiona o porquê de o que foi
1163 apresentado agora pelo tesoureiro, não ter sido apresentado previamente. O
1164 plenário é surpreendido com algumas coisas e é isso que gera neste coletivo
1165 esse clima de hostilidade. Muitas vezes a dificuldade em como temos
1166 conduzido as informações e as colocações, que geram o clima de
1167 hostilidade. Até então, se concordou com a retirada do jeton, a redução de
1168 50% no valor das ajudas de custo e tudo bem. O grande problema é a forma
1169 como as coisas são colocadas e como são conduzidas, que no seu
1170 entendimento geram esse clima de hostilidade. Fica muito incomodado pois
1171 alguém dizer para ela que teve favorecimento por alguma coisa que fez pelo
1172 CRP, e porque ela traz a questão da Portaria, podem pensar que ela
1173 somente está pensando no dinheiro. b) Beatriz Mattos diz que é necessária
1174 transparência no diálogo para não criar clima de hostilidade. c) A conselheira



1175 Beatriz Mattos comenta que sentiu incomodo pela retirada, primeiro, do jeton,
1176 seguida das alterações de valores para ajudas de custo. as ajudas de custo.
1177 Pois, ainda há dúvidas sobre a questão, uma vez que o entendimento que se
1178 tem é que os gastos entre quem é da capital e das pessoas do interior é
1179 diferente. d) Beatriz Mattos acrescenta que , ainda, que os valores trazidos
1180 por Vinicius Cesca de Lima precisariam ser melhor explicados. O conselheiro
1181 presidente, Aristeu Bertelli da Silva, apresenta surpresa de que não se esteja
1182 trabalhando com a confiança. Com relação aos gastos, foram feitos estudos
1183 que podem ser disponibilizados para todos que desejarem. O que foi
1184 colocado por Vinicius Cesca de Lima anteriormente, e que reitera, é que se
1185 houver outros valores que superem os da ajuda de custo, deve-se apresentar
1186 os respectivos comprovantes, que o gasto adicional será ressarcido. Pontua
1187 que o Parecer jurídico vale em sua totalidade, e este apresenta que o
1188 pagamento de jeton não pode ocorrer concomitante ao pagamento de ajuda
1189 de custo. Mas, pede que se houver alguma inovação jurídica que tenha sido
1190 ignorada, que é algo que pode ser revisto. Pontua, ainda, que tem sido
1191 chamado de autoritário, de ter manipulado uma votação, o que lhe causou
1192 grande desconforto. Esta semana, dada algumas acusações que circularam,
1193 foram convidados os 4 (quatro) últimos diretores da gestão 2013-2016 para
1194 se reunirem com a atual diretoria. Estiveram a presidenta, Elisa Zaneratto
1195 Rosa, e tesoureiro, Guilherme Luz Fenerich. Esclareceram a especulação de
1196 que haveria, por parte da atual diretoria, acusação de que a anterior
1197 prevaricou, o que não procede. E, com os devidos esclarecimentos, está
1198 sendo construído documento conjunto das duas diretorias, para que se
1199 encerrem tais discussões. Reforça, para afastar a questão da miserabilidade
1200 e do tom espartano, que caso os valores que estão atualmente sendo
1201 utilizado forem aviltantes e isso for comprovado, os mesmos serão revistos.
1202 Ainda, que haverá ressarcimento daqueles gastos inesperados e que
1203 superarem o valor proposto de ajuda de custo. Aberto novamente ao
1204 plenário: 1) Sobre a questão do tom autoritário, pontua-se que o tom utilizado
1205 na ultima fala do conselheiro presidente traz essa sensação. Considera-se,
1206 dessa forma, que embora o conteúdo da fala não seja autoritário, a forma da
1207 fala traz isso. 2) Pontua-se que há compreensão de que a Diretoria tenha a
1208 prerrogativa de definir os valores através da Portaria. Mas pondera que as
1209 propostas apresentadas pela Diretoria, até então, são fundamentadas e têm
1210 sido aprovadas. E, nesse sentido, que o mesmo poderia ter sido feito, antes



1211 da publicação da portaria. 3) O conselheiro Márcio Magalhães da Silva relata
1212 que ainda é cedo para se ter condições de avaliar se os valores propostos
1213 são ou não suficientes. Mas, que seria mais democrático e transparente se
1214 tivessem sido previamente trazidos os esclarecimentos. Trata-se de algo que
1215 faz parte da construção das relações de confiança. 4) Embora esteja claro
1216 que presidente e tesoureiro tenham o prerrogativa de definir essa questão,
1217 trazer ao plenário mostraria uma confiança no pleno. 5) Ainda, que confiança
1218 é uma via de mão dupla e o compartilhamento das informações é importante
1219 para a construção de uma relação de confiança. 6) O gestor Kleber Chaves
1220 Pereira, de São José do Rio Preto, pontua que, apesar de não ser
1221 conselheiro, gostaria de se manifestar. Quando Vinicius Cesca traz espanto
1222 na plenária por trazer essa pauta, mostra que é confiança deve valer para os
1223 dois lados. Pontua que nesta gestão é muito complicado falar sobre dinheiro.
1224 O dinheiro é importante na manutenção e construção de políticas e ações,
1225 que se destinam a um público ligado ao órgão. Reforça que os valores que o
1226 CRP SP dispõe devem ser utilizados. Assim, indica que se sente tranquilo
1227 em falar de dinheiro, pois quando foi convidado para contribuir com o CRP
1228 não sabia que teria dinheiro envolvido, e após iniciar seu trabalho pelo CRP,
1229 teve a surpresa de receber esses valores. Indica que a gestão traz
1230 fortemente um princípio legalista e que a legalidade deve permear o trabalho
1231 em órgãos públicos. Porém, é uma análise muito parcial sobre o que é o
1232 princípio da administração pública apenas considerar os princípios da
1233 economicidade e da razoabilidade. Pois, deve-se considerar, também, o
1234 princípio da eficiência. Nesse sentido, ressalta que estão há seis meses sem
1235 executar as ações políticas e isso fere um princípio basilar da administração
1236 pública, o que considera grave. Indica, portanto, a necessidade de retomar
1237 os trabalhos e para isso, que é necessário dinheiro. Ressalta que os retornos
1238 aos questionamentos que envolvem dinheiro têm sido de forma violenta. O
1239 que é discutido na subsede é o quanto serão cumpridas algumas das ações
1240 planejadas, indicando que não se trata apenas de debate acerca dos valores
1241 dispostos para as ajudas de custo, mas enquanto centro de custo. Entende
1242 que deveria ser debatido dentro do plenário o uso do dinheiro público.
1243 Acrescenta que não considera vergonhoso que as pessoas tragam suas
1244 preocupações em relação aos gastos. Trata-se de um órgão público, cujo
1245 dinheiro deve ser investido em projetos para a Psicologia. E considera
1246 saudável que se discuta no pleno, para que as pessoas entendam os
1247 motivos. Para ele, não aceitar os questionamentos que surgem, ou aceita-los



1248 de forma hostil é muito sério. Pontua que não será a redução da ajuda de
1249 custo que o fará, por exemplo, deixar o CRP. Mas que as questões devem
1250 ser ponderadas, e que é um dever da Diretoria esclarecer as questões de
1251 forma tranquila e não entende o motivo de espanto na propositura de uma
1252 pauta. Clarice Pimentel Paulon indica que gostaria de dialogar com alguns
1253 dos apontamentos trazidos: se trata de uma pauta muito importante e lhe
1254 incomoda a diferenciação que é feita entre a 'nós' plenário e vocês
1255 'diretoria'. Algumas das mudanças foram pautas trazidas pelo plenário e a
1256 Diretoria apenas endossou. Indica que a Resolução está sendo discutida
1257 desde outubro e pauta de finanças ocupou a maior parte das discussões em
1258 plenária até este momento. Porém, há um estancamento das pautas no
1259 plenário. Outra coisa que lhe incomoda é que a diretoria não tem direito a se
1260 exaltar, sendo que todos são seres humanos e que é muito difícil quando fica
1261 uma dialética sem diálogo. Causa incômodo como algumas pessoas colocam
1262 algumas questões, mas é complicado quando isso gera a sensação de que
1263 não estão reconhecendo a importância uns dos outros. Outra questão é
1264 quando se fala que o dinheiro não é suficiente, que temos que pagar pela
1265 militância: se entramos em algo e não estamos dispostos a perder nada,
1266 sempre haverá o sentimento de estar sendo aviltados. **Mais considerações**
1267 **do plenário:** 1) Edgar Rodrigues comenta que muitas/os conselheiras/os
1268 estão sendo chamados de imorais, de quererem tirar vantagem do conselho.
1269 2) Aponta-se que o pessoal do interior têm um grande tempo de
1270 deslocamento, diferente da capital. 3) Edgar Rodrigues indica, ainda, que há
1271 sim perdas com os novos valores e que a Portaria assustou por conta disso.
1272 Assim, questiona-se porque isso não foi trazido anteriormente. A sensação
1273 que passa é que foi tudo deixado para aparecer de forma a assustar, para
1274 que o plenário não esteja preparado para as mudanças, sendo que a
1275 sensação é que todas essas mudanças já não eram previstas desde o início
1276 e são dispostas no decorrer do tempo para assustar. 4) Edgar Rodrigues
1277 comenta que desde 18 de novembro tem trazido uma questão que envolve
1278 ajuda de custo e que não está sendo discutida e não teve retorno. 5) Edgar
1279 Rodrigues relata, ainda que há falta de afetividade nas relações. 6) Pontua-
1280 se que se trata da quarta plenária que discute essa resolução. 7) Pondera-se
1281 que a dificuldade em tocar as ações políticas pode ser devido a uma falha
1282 para montar a plataforma da gestão, pois são discussões que deveriam ter
1283 sido feitas antes de o plenário assumir. 8) Registra-se o desgaste que se tem



1284 por retomar discussões em que não houve consenso na decisão. 9) Relata-
1285 se que a gestão passada somente aprovou os núcleos em suas plenárias de
1286 maio, portanto, este plenário não estaria mais devagar com isso. 10)
1287 Pondera-se que quando se critica a administração, a crítica não é somente à
1288 Diretoria, mas a todo o plenário. 11) Relata-se o incomodo de que muitas
1289 pessoas que solicitam as pautas não ficarem presentes até o fim das
1290 discussões. 12) A coordenadora técnica, Luciana Mantovani, relata que não
1291 são feridos princípios constitucionais quando não se inicia o trabalho dos
1292 núcleos, por exemplo. Segundo a lei, o CRP está executando as atividades
1293 devidas. Em todas as gestões, é normal que coloquem COE e COF para
1294 funcionar e depois se organizam com as demais ações. Em seu ponto de
1295 vista, se está caminhando bem e algumas ações políticas emergentes foram
1296 realizadas. Pontua isso para que não se tenham algumas angustias em
1297 relação ao andamento dos trabalhos. 13) Relata-se exaustão pela forma de
1298 condução da plenária, registrando que nesta data o plenário está assinado
1299 uma ata de plenária anterior em que traz o apontamento de que a CACI traria
1300 a resolução para votação e aprovação. Já nesta plenária voltou-se atrás e
1301 agora será pautado novamente na plenária de abril. 14) Há manifestação de
1302 que existe uma preocupação com o dinheiro e que, tão logo as questões que
1303 o envolvem que resolvido, as pessoas passarão a ter tranquilidade para tocar
1304 as ações. 15) Pontua-se que há receio em expor algumas opiniões, pois
1305 poderiam ser enquadradas/os como pertencentes a determinado grupo da
1306 plenária. 16) Indica que o tom exaltado quando vindo de homens, podem
1307 causar desconforto, especialmente em mulheres. 17) Entende-se que o
1308 conselheiro presidente já possui a legitimidade do cargo, e poderia trazer a
1309 tranquilidade à plenária para tocar as atividades. 18) Pondera-se o esforço
1310 que o plenário deve fazer para evitar exaltações e para que sempre se
1311 mantenha o respeito nas relações. 18) Reforça-se que a política não vem
1312 sendo executada e nas subsedes há preocupação, pois as ações dependem
1313 de aval orçamentário dos núcleos. Aristeu Bertelli da Silva, compreendendo
1314 que o assunto já foi discutido a contento, pede que seja adotado regime de
1315 votação nominal quanto à Revogação da Portaria e da Resolução.
1316 **Encaminhamento:** Posto à votação nominal: há zero voto favorável à
1317 revogação da Resolução e da Portaria. Votam contrários à revogação: Mary
1318 Ueta, Andrea Mataresi, Evelyn Sayeg, Reginaldo Branco da Silva, Ed
1319 Otsuka, Magna Barboza Damasceno, Maurício Iwai, Guilherme Rodrigues
1320 Raggi Pereira e Clarice Pimentel Paulon. Totalizando 9 (nove) votos



1321 contrários à revogação. Absteram-se Ivani Oliveira da Silva, Edgar Rodrigues
1322 e Márcio Magalhães da Silva. Aristeu Bertelli da Silva também se abstém
1323 devido a sua condição de presidente, possuindo o voto de minerva. Assim,
1324 somente se manifestará nesse caso ou em caso de força maior. Total 4
1325 abstenções. Considerando o resultado da votação, o plenário mantém
1326 vigentes a Resolução CRP Nº 003/17 e a Portaria CRP-06 No 004/17. **XIV)**
1327 **PONTOS PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA** – Tendo em vista o adiantado da
1328 hora, o plenário acordou que os pontos restantes sejam repautados na
1329 Próxima Plenária Ordinária: 1) Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)
1330 – Coaching e Psicologia; 2) Comissão de Direitos Humanos - Atualização em
1331 Direitos Humanos para conselheiros, gestores e colaboradores do CRP SP
1332 durante Fórum de Gestores Ampliado; - Violações de Direitos Humanos na
1333 Fundação Casa; - Relatório da Reunião com Secretária Nacional de
1334 Promoção dos Direitos Humanos; 3) Participação dos Colaboradores em
1335 Reuniões de Núcleos e Comissões na Sede; 4) Avaliação do Planejamento
1336 Estratégico; 5) Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros; 6)
1337 Coordenação dos Núcleos Territoriais; 7) Representação em entidades -
1338 Frente Estadual Antimanicomial; - Conselho Estadual de Política sobre
1339 Drogas – CONED; - Fórum dos Conselhos Atividade Fim Saúde; - Conselho
1340 Municipal de Assistência Social de Taubaté - CMAS/Taubaté; -Conselho
1341 Municipal da Condição Feminina de São Sebastião; 8) Diretriz Política da
1342 Gestão do CRP SP; 9) CREPOP - Centro de Referência Técnica em
1343 Psicologia e Políticas Públicas; e, 10) Análise de Conjuntura. Nada mais
1344 havendo a tratar, o senhor conselheiro presidente deu por encerrada a
1345 sessão às 19 horas e trinta, da qual eu, conselheiro secretário, Rodrigo
1346 Toledo, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os
1347 presentes. São Paulo, dezoito de março de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Fábio Silvestre da Silva

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira



Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozinetti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Reginaldo Branco da Silva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Beatriz Borges Brambilla

Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl
Vieira Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Maurício Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto